

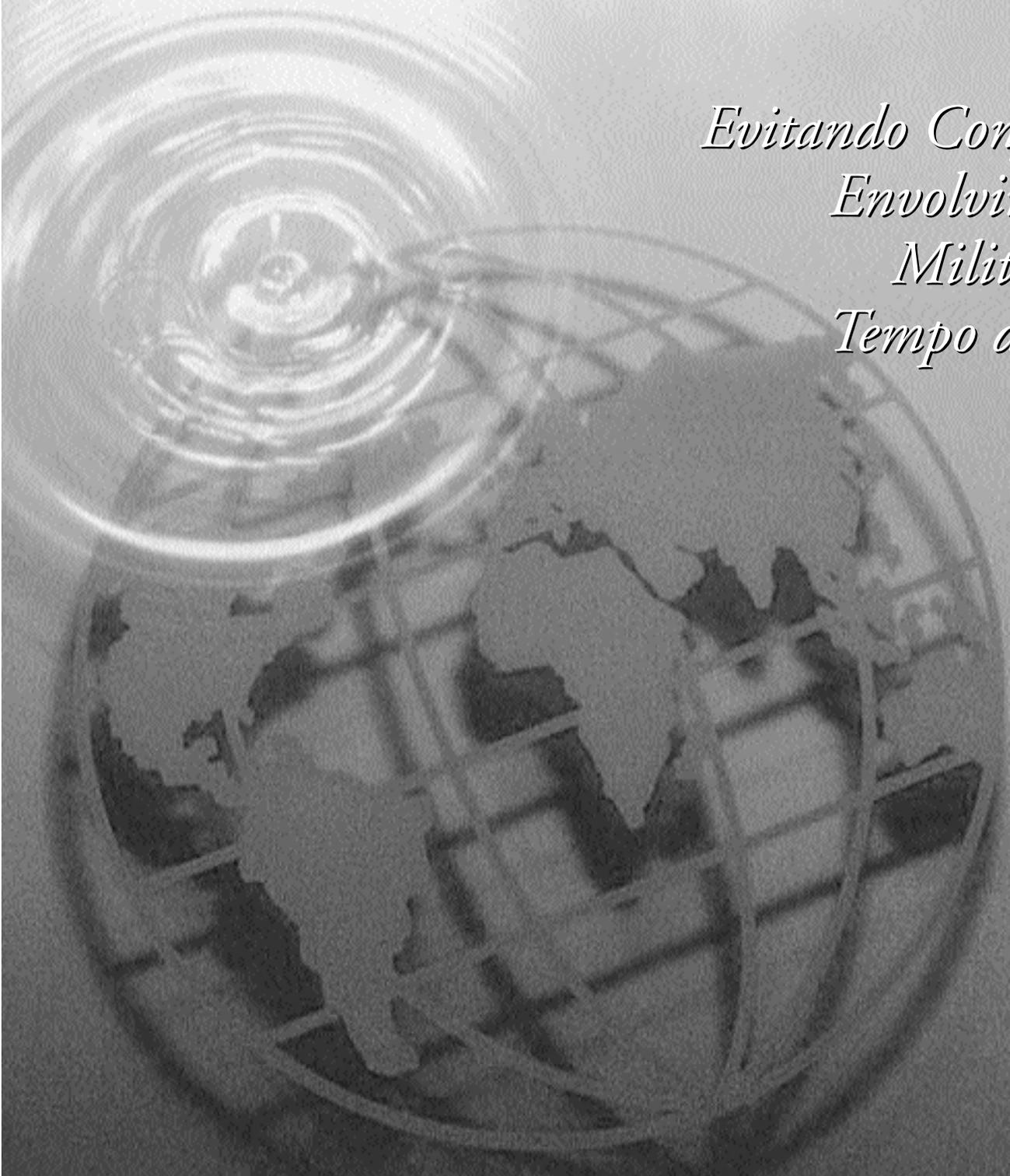
POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

VOLUME 4

UMA REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

NÚMERO 3



*Evitando Conflitos:
Envolvimento
Militar em
Tempo de Paz*

Dezembro de 1999

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

Evitando Conflitos: Envolvimento Militar em Tempo de Paz

AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

UMA REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

VOLUME 4 • NÚMERO 3 • DEZEMBRO DE 1999



“O envolvimento militar da América promove a estabilidade regional e coíbe a agressão e a coação, diariamente, em virtualmente todas as regiões do mundo... As nossas ações mais sábias e econômicas são aquelas que criam um ambiente que estimula a paz, desestimula a violência e a instabilidade e inspira confiança. Ao mesmo tempo, também usamos recursos para ajudar a minimizar as ameaças, neutralizar os fatores que levam à instabilidade e diminuir a gravidade em potencial dos conflitos que podem surgir”.

— Secretário de Defesa William S. Cohen

Esta edição de *Agenda de Política Externa dos EUA* trata da maneira pela qual as forças armadas dos Estados Unidos ajudam a dar forma ao ambiente internacional por meio de atividades desenvolvidas em tempo de paz, incluindo contatos entre os militares americanos e as forças armadas de outras nações, com o objetivo de promover um clima de confiança e reforçar a segurança dos Estados Unidos, bem como a dos nossos aliados, parceiros e amigos. Proporcionando maior compreensão e diminuindo a incerteza, esse envolvimento reforça a transparência e estimula o desenvolvimento das instituições democráticas. Autoridades norte-americanas falam sobre a abrangência e a importância do envolvimento militar em tempo de paz, e explicam a maneira pela qual essa estratégia é levada em consideração no desenvolvimento da política externa e dos objetivos de segurança nacional dos Estados Unidos. A diversidade das atividades relacionadas com os envolvimento em tempo de paz, no mundo inteiro, é mostrada com destaque em uma série de artigos a respeito das iniciativas dos Estados Unidos na África, no leste de Ásia, no Oriente Médio, na Europa Central e Oriental e no Caribe.

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

*Uma Revista Eletrônica do
Departamento de Estado dos Estados Unidos*

EVITANDO CONFLITOS: ENVOLVIMENTO MILITAR EM TEMPO DE PAZ

ÍNDICE

● INTRODUÇÃO

CRIANDO UM AMBIENTE DE PAZ, ESTABILIDADE E CONFIANÇA 6

*William S. Cohen
Secretário de Defesa*

● ÊNFASE

CRIANDO UM MUNDO MELHOR: ENVOLVIMENTO MILITAR EM TEMPO DE PAZ 9

*General Henry H. Shelton
Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas*

ASSISTÊNCIA PARA A SEGURANÇA: A PONTE ENTRE A DIPLOMACIA E O USO DA FORÇA 11

*Eric D. Newsom
Secretário-Assistente de Estado para Questões Políticas e Militares*

FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS EM TEMPO DE PAZ: UMA PODEROSA FERRAMENTA PARA A FORMAÇÃO DO AMBIENTE DE SEGURANÇA 14

*General Peter J. Schoomaker
Comandante em Chefe, Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos*

● COMENTÁRIOS

DEFENDENDO AS NOSSAS PRIORIDADES E AO MESMO TEMPO ASSEGURANDO A PAZ 18

Senador Max Cleland

● PERSPECTIVAS REGIONAIS

ACRI: TRABALHANDO COM AS NAÇÕES AFRICANAS PARA CONSTRUIR A ESTABILIDADE REGIONAL 20

*Uma entrevista com o embaixador Aubrey Hooks
Coordenador Especial da African Crisis Response Initiative [Iniciativa para a Reação às Crises Africanas]*

OS PROGRAMAS DE ENVOLVIMENTO NO TEMPO DE PAZ EM MALAWI FORTALECEM A DEMOCRACIA 26

*Vicki Adair
Assessora de Relações Públicas da Embaixada dos EUA em Lilongwe*

O TRABALHO DAS FORÇAS ARMADAS DOS ESTADOS UNIDOS EM TEMPO DE PAZ CHEGA A TIMBUKTU E A OUTRAS CIDADES EM MALI	29
<i>Michael Macy</i> <i>Assessor de Relações Públicas da Embaixada dos Estados Unidos em Bamako</i>	
SEMINÁRIOS NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL DESTACAM O IMPÉRIO DA LEI E A JUSTIÇA MILITAR	32
<i>Major D.J. Riley</i> <i>Oficial Encarregado de Programas para Países, U.S. Defense Institute of International Legal Studies [Instituto Internacional de Estudos Legais de Defesa dos EUA]</i>	
SIMPÓSIO SOBRE A SEGURANÇA NO LESTE DA ÁSIA: ESTIMULANDO A CONFIANÇA NO NÍVEL REGIONAL	35
<i>John E. Lundin</i> <i>Assessor de Diplomacia Pública, U.S. Pacific Command [Comando dos EUA para o Pacífico]</i>	
EXERCÍCIO BRIGHT STAR [ESTRELA BRILHANTE] NO EGITO MELHORA A PRONTIDÃO ENTRE AS FORÇAS DA COALIZÃO	39
<i>Capitão Paula Jones</i> <i>Assessora de Imprensa, Bright Star 99/00</i>	
AS MISSÕES DA GUARDA COSTEIRA DOS ESTADOS UNIDOS EM TEMPO DE PAZ TÊM ALCANCE MUNDIAL	42
<i>Daniel Wartko</i> <i>Especialista em Política Internacional, Gabinete do Comandante da Guarda Costeira</i>	
© MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA	
EVITANDO CONFLITOS: ENVOLVIMENTOS MILITARES EM TEMPO DE PAZ — AVISO SOBRE ARTIGOS	46
<i>Resumos de artigos recentes</i>	
EVITANDO CONFLITOS: ENVOLVIMENTOS MILITARES EM TEMPO DE PAZ — BIBLIOGRAFIA	48
<i>Outras opiniões em destaque</i>	
EVITANDO CONFLITOS: ENVOLVIMENTOS MILITARES EM TEMPO DE PAZ — PRINCIPAIS SITES NA INTERNET	49
<i>Links, na Internet, para recursos sobre assuntos relacionados</i>	

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

AGENDA

UMA REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

VOLUME 4 • NÚMERO 3 • DEZEMBRO DE 1999

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos EUA fornece produtos e serviços que explicam as políticas dos Estados Unidos ao público estrangeiro. O Escritório publica cinco revistas eletrônicas que tratam das principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As revistas — Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda de Política Externa dos EUA, e Sociedade e Valores dos EUA — apresentam análises, comentários e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas. Todas as edições das revistas aparecem em inglês, francês e português, e algumas edições selecionadas também são publicadas em árabe, russo e espanhol.

Uma nova edição em inglês é publicada a cada três a seis semanas. As versões traduzidas geralmente são publicadas duas a quatro semanas após a publicação do original em inglês. A ordem na qual as edições temáticas aparecem é irregular, pois algumas revistas têm um número maior de edições do que as outras.

As opiniões expressas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões ou as políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos EUA não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta publicação; tal responsabilidade é única e exclusivamente das entidades que publicam esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos a não ser que contenham restrições quanto aos direitos autorais.

Números atuais ou atrasados das revistas podem ser encontrados na Home Page do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no seguinte endereço: <http://www.usia.gov/journals/journals.htm>. As publicações estão disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o download e a impressão.

Comentários são bem-vindos na Embaixada dos Estados Unidos no seu país (aos cuidados da Seção de Diplomacia Pública) ou na redação:

*Editor, U.S. Foreign Policy Agenda
Political Security — IIP/TIPS
U.S. Department of State
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547
United States of America
E-mail: ejforpol@pd.state.gov*

Favor observar que esta edição de AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DOS EUA pode ser encontrada na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no seguinte endereço: "<http://www.usia.gov/journals/itps/1299/ijpe/ijpe1299.htm>".

DIRETORA-EDITORA	Judith S. Siegel
EDITORA RESPONSÁVEL	Leslie High
EDITOR EXECUTIVO	Dian McDonald
EDITOR ASSOCIADO	Wayne Hall
COLABORADORES	Ralph Dannheisser
.	Susan Ellis
.	James Ladd
.	Margaret A. McKay
.	Jacqui S. Porth
.	Mary Scholl
.	Terence Scott
PESQUISADORES	Sam Anderson
.	Rebecca Ford Mitchell
.	Vivian Stahl
DIRETORA DE ARTE	Barbara Long
ASSISTENTE DE	
PROGRAMAÇÃO VISUAL	Sylvia Scott
ASSISTENTE DO PROGRAMA	Yvonne Shanks
CONSELHO EDITORIAL	Howard Cincotta
.	Judith S. Siegel
.	Leonardo Williams

CRIANDO UM AMBIENTE DE PAZ, ESTABILIDADE E CONFIANÇA

Secretário de Defesa William S. Cohen

Em outubro passado, presenciei uma das maiores e mais dramáticas demonstrações de cooperação militar em tempo de paz no mundo. No Egito, aproximadamente 74.000 membros das forças armadas de 11 nações participaram da manobra bienal Estrela Brilhante, patrocinada pelos Estados Unidos. Vi um navio italiano descarregar um veículo de transporte de tropas britânico, com apoio aéreo americano, em um ataque anfíbio simulado do qual estavam participando tropas egípcias, francesas, gregas, holandesas e jordanianas, entre outras. O tamanho e a complexidade desse tipo de operação exige muito mais do que a capacidade de superar a barreira lingüística. É preciso muito mais do que a capacidade de coordenar os movimentos das forças ou compartilhar e operar armamentos e equipamentos complexos. Na verdade, manobras como a Estrela Brilhante exigem que as forças dos países participantes — desde os soldados na linha de frente até os generais que comandam as tropas e os civis no cargo de ministro da Defesa — desenvolvam uma compreensão dos planos dos seus aliados, das suas táticas e técnicas e do seu comportamento em situações estressantes no campo de batalha.

As lições da Estrela Brilhante são de valor inestimável para que seja alcançada a interoperabilidade que é tão essencial para a prontidão de qualquer coalizão. A prontidão, por sua vez, é o principal componente da política de dissuasão. No entanto, Estrela Brilhante e manobras similares também resultam em maior confiança dos países em si mesmos e nos seus aliados, e uma qualidade de relacionamento que prevalece durante muito tempo após qualquer manobra. Esses são benefícios intangíveis que freqüentemente são de grande utilidade para a diplomacia americana em períodos de tensões ou crises internacionais. No Departamento de Defesa (DoD), esses benefícios são chamados de "multiplicadores de forças" e eles podem contribuir, e muito, para o sucesso, em tempo de

guerra. Na verdade eles podem significar a diferença entre o sucesso e o fracasso — entre a vitória e a derrota.

A recente vitória da Operação Força Aliada [Operation Allied Force] no conflito do Kosovo é uma prova tangível do valor do envolvimento entre as forças armadas de vários países. Meio século de treinamento e preparação, por parte das forças da OTAN, tornaram possível, para a nossa aliança, mobilizar e preparar, com velocidade e eficiência inéditas, e executar, um plano de guerra versátil, preciso e devastador. Apesar dos esforços no sentido de dividir nossa aliança, nossas forças e nossos países mantiveram uma frente unida, e prevalecemos, de maneira convincente. Cinquenta anos de exercícios conjuntos internacionais nos proporcionaram esses multiplicadores de forças — uma força de vontade compartilhada, uma tradição de diálogo franco e um grande compromisso com a cooperação — que resultaram em uma vitória da aliança.

O envolvimento militar da América promove a estabilidade regional e coíbe a agressão e a coação, diariamente, em virtualmente todas as regiões do mundo. Para isto, o Departamento de Defesa utiliza uma série de recursos, incluindo: forças permanentemente baseadas no exterior; forças posicionadas no exterior, sendo continuamente substituídas; forças posicionadas temporariamente para exercícios, treinamento conjunto ou interações entre forças armadas; e programas como cooperação em questões de defesa, ajuda em questões de segurança, International Military Education and Training [Treinamento e Formação Militar Internacional] (IMET) e cooperação internacional na área de armamentos. As nossas ações mais sábias e econômicas são aquelas que criam um ambiente que estimula a paz, desestimula a violência e a instabilidade e inspira confiança.

Ao mesmo tempo, também usamos recursos para ajudar a minimizar as ameaças, neutralizar os fatores que levam à instabilidade e diminuir a gravidade em potencial dos conflitos que podem surgir. Essas medidas preventivas incluem:

— A redução ou eliminação da capacidade de emprego de armas nucleares, biológicas ou químicas, através do nosso apoio a iniciativas diplomáticas como a U.S.-North Korean Agreed Framework [Estrutura do Acordo Entre os Estados Unidos e a Coréia do Norte] e programas de assistência técnica como o programa Cooperative Threat Reduction [Cooperação para a Redução de Ameaças], com a Rússia, a Ucrânia, a Bielorrússia e o Casaquistão;

— O desestímulo às corridas armamentistas e à proliferação de armas de destruição em massa, por meio do monitoramento e da garantia do cumprimento de acordos de controle de armamentos como o Nuclear

Non-Proliferation Treaty [Tratado de Não Proliferação Nuclear] e o Missile Technology Control Regime [Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis];

— A prevenção e a dissuasão do terrorismo e a redução da vulnerabilidade dos Estados Unidos a atos de terrorismo por meio de esforços do Departamento de Defesa no sentido de aperfeiçoar a capacidade de aquisição de informações e proteger a infra-estrutura crítica;

— A redução da produção e do fluxo, para os Estados Unidos, de drogas ilegais, por meio do apoio do Departamento de Defesa às forças conjuntas interdepartamentais do governo que operam ao longo das nossas costas e da nossa fronteira sul

Investimentos relativamente pequenos, porém feitos nos momentos adequados, em atividades específicas como essas podem trazer enormes benefícios,



O secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Cohen, à esquerda, conversa com o ministro egípcio da Defesa e Produção Militar, marechal de campo Hussain Tantawi (à direita), durante uma recepção no Cairo, Egito, em outubro de 1999. Eles estão acompanhados por um intérprete (centro).

freqüentemente diminuindo a necessidade de uma reação mais substancial e dispendiosa dos Estados Unidos, mais tarde.

Finalmente, o envolvimento entre as forças armadas de vários países também serve como exemplo. No seu famoso discurso em West Point, o general Douglas MacArthur disse que "o soldado, acima de tudo, reza pela paz, porque ele deve sofrer e suportar os mais profundos ferimentos e cicatrizes da guerra". Queremos que nossos parceiros saibam que os Estados Unidos acreditam que é necessário estar pronto para a guerra, porém nunca se deve estar ansioso para participar de uma guerra. Os Estados Unidos acreditam na resolução de disputas por meio da diplomacia e das instituições internacionais sempre que possível. Os Estados Unidos acreditam que a transparência e o controle das forças armadas por civis contribuem para a estabilidade. Os

Estados Unidos acreditam no uso de normas e regulamentos internacionais que encorajam a paz e a estabilidade, como a não-proliferação, a liberdade de navegação e o respeito pelos direitos humanos e pelo império da lei.

Todos os americanos podem ter orgulho tanto do profissionalismo quanto da prontidão das nossas forças armadas. Os homens e mulheres das nossas forças armadas são, de fato, da melhor qualidade, e eu os considero os melhores embaixadores dos Estados Unidos.

Eles mostram aos nossos inimigos que os Estados Unidos são um inimigo poderoso e dominante. Eles mostram aos nossos amigos que os Estados Unidos são um aliado forte e confiável. ©

CRIANDO UM MUNDO MELHOR: ENVOLVIMENTO MILITAR EM TEMPO DE PAZ

General Henry H. Shelton



Todas as nações têm grandes possibilidades de construir um futuro melhor, diz o general Henry H. Shelton, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, "mas só se tivermos sabedoria e determinação suficientes para empreender a difícil tarefa que se faz necessária, atualmente, para criar um ambiente de paz internacional". O envolvimento militar em tempo de paz, ele escreve, "pode ser uma valiosa ferramenta para formar esse ambiente e para evitar que os conflitos ocorram".

*“O legítimo objetivo da guerra é
uma paz mais perfeita”.*

— General do Exército William T. Sherman,
20 de julho de 1865

Atualmente, as forças armadas dos Estados Unidos estão trabalhando em conjunto com amigos e aliados do mundo inteiro, não em operações de combate, mas promovendo a paz, a estabilidade e o império da lei. Essas atividades militares fazem parte de uma estratégia de segurança nacional que tem como objetivo formar um ambiente internacional, por meio de iniciativas militares, diplomáticas e econômicas, para ajudar a reduzir as tensões. Através de esforços para o envolvimento militar em tempo de paz com outras nações, ajudamos a estimular a formação de instituições e relações internacionais que podem impedir a ocorrência de crises, e se elas ocorrerem, evitar que elas se agravem e se transformem em conflitos.

Os três componentes das atuais atividades de envolvimento militar em tempo de paz são a presença no exterior, um vigoroso programa de exercícios combinados e conjuntos e contatos diretos das nossas forças armadas com as de outras nações.

A pedra angular do envolvimento militar em tempo de paz é a presença de forças armadas americanas posicionadas fora dos Estados Unidos. A manutenção

de uma presença considerável no exterior promove a estabilidade regional, dando forma e substância concretas aos nossos compromissos de segurança bilaterais e multilaterais. As tropas que ocupam posições avançadas na Europa e no Pacífico também impedem os adversários em potencial de agir de forma agressiva, demonstrando a determinação de defender os interesses dos Estados Unidos, bem como dos seus aliados, parceiros e amigos. Além disso, as unidades avançadas permitem que os Estados Unidos reajam rapidamente a crises e são uma contribuição crítica para o elemento de "formação" da estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos.

Os exercícios são o segundo pilar do envolvimento militar em tempo de paz. Realizados em conjunto com aliados e amigos, esses exercícios melhoram a prontidão, para o combate, das unidades envolvidas, e demonstram a capacidade das forças de se unir e operar de maneira eficaz, como uma coalizão. Todos os anos os Estados Unidos conduzem cerca de 200 exercícios com as forças armadas de países aliados e amigos, demonstrando tanto a sua capacidade quanto a sua determinação, para os seus amigos e adversários em potencial. Para as forças armadas das democracias emergentes, esses exercícios também proporcionam a oportunidade de desenvolver uma compreensão mais profunda da relação entre as forças armadas e os líderes civis, incluindo o princípio fundamental do controle das forças armadas por civis.

Os contatos entre as forças armadas de países diferentes, o terceiro componente do envolvimento militar em

tempo de paz, envolve visitas regulares e periódicas entre as principais lideranças, visitas de oficiais de patentes mais baixas para fins de trabalho, intercâmbio na área educacional e programas internacionais de formação e treinamento. Em conjunto com outros programas como a Partnership for Peace [Parceria para a Paz], atividades de cooperação na área de defesa e vendas militares no exterior, o resultado total é uma relação profissional duradoura entre as nossas forças armadas e as forças armadas de outro país. Com os países com os quais não existe uma amizade realmente sólida nem são inimigos declarados, os contatos entre militares ajudam a estabelecer uma relação na área de segurança, nos casos em que não é viável realizar exercícios. Esses contatos podem também promover canais adicionais de comunicação que podem pagar dividendos quando ocorre uma crise.

Embora as atividades de envolvimento militar sejam um investimento importante na prevenção da guerra e da destruição, esses esforços têm um custo. Nos últimos quatro anos, conduzimos cerca de 48 operações de grandes proporções, e atualmente, temos mais de 125.000 membros das forças armadas "longe de casa", nos Bálcãs, no Sinai, no Haiti, na região da Ásia banhada pelo Pacífico, no Sudoeste da Ásia e em muitos outros lugares, e mais de 200.000 posicionados em áreas avançadas da Europa e no Pacífico.

O número de posicionamentos necessários para dar apoio aos esforços de envolvimento militar em tempo

de paz, reagir a várias crises no mundo inteiro e dar continuidade ao rigoroso treinamento necessário à manutenção da prontidão de combate, cria um nível de esforço que é um desafio. Com forças de combate que são 40 por cento menores do que eram apenas uma década atrás, os Estados Unidos precisam definir cuidadosamente as prioridades às tarefas atribuídas às forças armadas para assegurar a prontidão a longo prazo. A continuidade do envolvimento militar como um dos pilares da estratégia de segurança nacional requer uma compreensão clara do esforço que essa estratégia exige das nossas forças armadas.

O futuro oferece muitas possibilidades para que todas as nações do mundo construam um futuro melhor, mas isso só vai acontecer se tivermos sabedoria e determinação suficientes para fazermos o trabalho que se faz necessário atualmente para criar um ambiente de paz internacional. O envolvimento militar em tempo de paz pode ser uma valiosa ferramenta para a formação desse ambiente e para prevenir a ocorrência de conflitos. Os esforços na área de cooperação militar entre os Estados Unidos e outras nações podem complementar as medidas políticas e econômicas que se destinam a fortalecer os elos com os nossos aliados, parceiros e amigos. Por meio desses esforços, podemos ajudar a criar o que o general Sherman chamou de "uma paz mais perfeita". ©

ASSISTÊNCIA PARA A SEGURANÇA: A PONTE ENTRE A DIPLOMACIA E O USO DA FORÇA

Eric D. Newsom



"Em vez de considerar a diplomacia e a força como extremos opostos do espectro da política nacional — em que se usa um quando o outro falha — é importante reconhecer que cada um deve apoiar o outro, da maneira ininterrupta", diz Eric D. Newsom, secretário-assistente de Estado para Questões Políticas e Militares. E para o escritório dirigido por ele, "isso significa encontrar o equilíbrio adequado entre a política externa e os interesses da área de defesa, e fortalecer as relações de defesa através do uso de 'ferramentas' de política externa, como a assistência para a segurança, os programas de formação e treinamento militar, as transferências de armamentos, os diálogos referentes à segurança e medidas para a criação de um ambiente de segurança. Todos esses esforços produzem resultados sob a forma de relacionamentos mais fortes na área de segurança, com aliados e outros países".

Na qualidade de potência global, os Estados Unidos se deparam com a necessidade de responder a novos desafios que ameaçam o crescimento da democracia, e a estabilidade regional. As principais questões que temos que tratar no momento, na área política-militar, são: 1) como discernir os interesses nacionais dos Estados Unidos que podem estar em jogo em regiões ambíguas, remotas, e - pelo menos em termos de Guerra Fria - periféricas, de conflito, 2) como determinar a disposição do Congresso e do povo americano para assumir os riscos necessários para defender esses interesses, e 3) como calibrar os instrumentos de poder diplomático e militar para proporcionar o efeito máximo, se resolvermos agir. Em vez de considerar a diplomacia e a força como extremos opostos do espectro da política nacional — em que se usa um quando o outro falha — é importante reconhecer que um deve apoiar o outro, de maneira ininterrupta, obtendo assim os melhores resultados.

Para o Political-Military Bureau [Escritório Político-Militar], isso significa encontrar o equilíbrio adequado entre a política externa e os interesses da área de defesa, e fortalecer as relações de defesa através do uso de "ferramentas" de política externa, como a assistência para a segurança, os programas de formação e treinamento militar, as transferências de armamentos, os diálogos referentes à segurança e medidas para a criação de um ambiente de segurança. Todos esses esforços são multiplicadores de forças que produzem resultados sob a forma de relacionamentos mais fortes na área de segurança, com aliados e outros países — os

quais, por sua vez, têm sido de importância fundamental nas reações internacionais a conflitos como os que ocorreram no Iraque e no Kosovo.

Além disso devemos lidar com uma quantidade crescente de novos desafios que afetam, com intensidade cada vez maior, as forças armadas no mundo inteiro. Isso inclui lidar com uma quantidade crescente de conflitos internos; estimular a criação de mais forças de paz multinacionais; identificar o papel das forças armadas nos conflitos políticos, religiosos ou étnicos; insistir na proteção dos direitos humanos e no respeito pelas normas democráticas; e trabalhar em prol da profissionalização das forças armadas e encorajar a aceitação por parte dessas forças, das autoridades civis, no mundo inteiro.

Ao tratar desses desafios, o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa trabalham em conjunto para determinar onde estão os interesses dos Estados Unidos, para assegurar que haja uma ligação coerente entre as nossas políticas e os nossos processos de planejamento. A área de assistência para a segurança foi aquela em que isso se manifestou de forma mais perceptível.

A assistência para a segurança é um programa de ajuda externa para questões militares no qual o Departamento de Estado determina a política e provê fundos, o Departamento de Defesa coloca o programa em prática e o governo dos Estados Unidos se beneficia da interação que o programa propicia. A cooperação entre os vários órgãos governamentais, particularmente em

nível local entre as embaixadas e os comandos unificados, é particularmente importante para a definição precisa da melhor maneira pela qual as nossas "ferramentas" de assistência para a segurança podem ser utilizadas.

O principal objetivo da assistência para a segurança é cultivar o apoio, por parte dos governos estrangeiros, aos ideais democráticos, disponibilizando uma série de recursos, serviços e programas de treinamento militar dos Estados Unidos. As "ferramentas" para a implementação deste objetivo estão incorporadas a vários programas-chave, incluindo os seguintes:

**FOREIGN MILITARY FINANCING (FMF)
[FINANCIAMENTO MILITAR PARA O
EXTERIOR]**

Um item particularmente importante é o programa FME, que permite que os principais amigos e aliados melhorem sua capacidade de defesa e os ajuda a se tornarem parceiros úteis, financiando a aquisição de produtos e serviços militares dos Estados Unidos, além de treinamento. Até o momento, o programa FME ajudou a formar várias forças de coalizão que trabalham em conjunto para alcançar objetivos comuns de segurança na Europa Central, África, Ásia e América do Sul. Além disso, está sendo fornecida assistência para apoiar as operações multilaterais de tropas de paz que não estão sob a égide das Nações Unidas. Esse apoio não apenas permite que outras nações participem de operações regionais de tropas de paz, mas também ajuda a diminuir a pressão que é exercida sobre os Estados Unidos.

**INTERNATIONAL MILITARY EDUCATION
AND TRAINING (IMET)
[FORMAÇÃO E TREINAMENTO MILITAR
INTERNACIONAL]**

O programa IMET tem um impacto particularmente significativo na formação de envolvimento, em tempo de paz, entre as forças armadas dos Estados Unidos e as de outros países. O IMET, que é um programa de custo relativamente baixo, é um componente altamente eficiente da assistência dos Estados Unidos para a segurança, que proporciona treinamento, sob a forma de subvenções, a mais de 8.000 alunos de nações aliadas

e amigas. Principalmente, o IMET estabelece relações entre membros das forças armadas que são úteis quanto se trata de coordenar atividades de estabilidade regional com as nações beneficiadas. O programa faz isso expondo os alunos estrangeiros às organizações e procedimentos militares profissionais dos Estados Unidos. Um elemento importante do IMET é o "Informational Program" [Programa Informativo] através do qual os alunos têm contato com os vastos aspectos culturais e cívicos da vida americana.

Outro importante elemento é o pré-requisito de língua inglesa do IMET. Somente o programa IMET é responsável pelo ensino da língua inglesa a dezenas de milhares de alunos estrangeiros. A proficiência na língua inglesa não apenas proporciona a base para que as nossas forças armadas possam se comunicar em tempo de paz e em tempo de guerra, mas é vista, de modo geral, como um elemento fundamental na promoção dos ideais americanos no que se refere à democracia, direitos humanos e relações entre o meio civil e o meio militar. Sob um ponto de vista mais amplo, a proficiência na língua inglesa vai muito além da compreensão do conteúdo programático de um determinado curso. Na prática, o domínio da língua facilita a compreensão dos valores, instituições e processos políticos dos Estados Unidos.

A chave para o sucesso do IMET tem sido a oportunidade que os alunos militares estrangeiros têm tido de aprender conceitos avançados de liderança militar, lado a lado com os seus correspondentes americanos. Os alunos militares estrangeiros também aprendem uma série de conceitos de emprego de forças táticas e estratégicas, em conformidade com a doutrina militar americana, que podem resultar em parcerias militares eficazes, em operações internacionais. Por exemplo, os alunos estrangeiros podem aprender a dar apoio e a fazer a manutenção dos navios usados em missões de proteção marítima; eles podem, também, aprender a usar os princípios da doutrina do poder aeroespacial dos Estados Unidos. O resultado é que eles ficam mais bem equipados para participar, sozinhos ou com as forças armadas americanas, de atividades de manutenção da paz.

Igualmente importantes são os relacionamentos pessoais que se formam durante esses cursos. Os alunos são

encorajados a trabalhar em estreita colaboração com os seus correspondentes militares americanos, para compreender melhor o conteúdo dos cursos. As grandes amizades resultantes desse processo têm desempenhado um importante papel na maneira pela qual os Estados Unidos lidam com as forças armadas de outros países em épocas de crise. Existem muitos exemplos em que ex-alunos conseguiram superar diferenças políticas para resolver problemas difíceis sob condições excepcionais. Outra coisa que também é muito importante, mas que freqüentemente passa despercebida, é a maneira pela qual ex-alunos americanos e estrangeiros têm colaborado para introduzir importantes reformas no relacionamento entre civis e militares e nos sistemas de justiça militar de outros países.

EXPANDED IMET [IMET EXPANDIDO]

Apesar do sucesso do programa IMET, em 1991, o Congresso expandiu o programa para tratar da questão dos abusos dos direitos humanos por parte de alguns membros das forças armadas, dos conflitos entre civis e militares e da melhoria no gerenciamento de recursos militares. O programa IMET Expandido (E-IMET) foi desenvolvido para proporcionar treinamento em áreas como gerenciamento de recursos de defesa, funções e responsabilidades dos civis e dos militares e justiça militar. Um componente essencial deste treinamento é a possibilidade de autoridades civis freqüentarem as aulas do E-IMET. Isso oferece aos líderes civis e aos seus correspondentes militares a oportunidade de ter discussões francas a respeito de assuntos sensíveis — freqüentemente pela primeira vez. Muitos cursos do E-IMET foram criados especificamente para o país em questão e ministrados no país-hospedeiro. Um dos mais importantes resultados do E-IMET tem sido a melhor compreensão, por parte dos alunos militares estrangeiros, das suas funções e responsabilidades em um governo democrático. Os resultados desses cursos podem ser medidos pelo número de leis e códigos de conduta de justiça militar aprovados no exterior, pelo maior respeito pelo controle civil que tem sido observado e pelos benefícios provenientes das instituições militares e civis que agem em um clima de cooperação e apoio mútuo.

Embora os primeiros passos do E-IMET não tenham sido muito firmes, a sua aceitação e utilidade têm crescido enormemente. Mais de 30 por cento das verbas do IMET são usados para cursos do E-IMET e mais de 25 por cento dos alunos são autoridades civis. Com o crescimento da aceitação do E-IMET, a variedade dos cursos oferecidos também tem crescido. Outros países têm solicitado o desenvolvimento de cursos com a finalidade específica de resolver alguns dos seus problemas mais urgentes. Os exemplos incluem cursos de recuperação do meio-ambiente, gerenciamento de recursos médicos e preparação para desastres.

O QUE O FUTURO NOS RESERVA

Por meio desses tipos de programas de assistência para a segurança, os Estados Unidos obtêm acesso crítico a certas regiões e desenvolvem alianças que são absolutamente essenciais para a nossa segurança nacional. Uma vantagem adicional que acompanha essa assistência é a promoção dos ideais culturais e políticos dos Estados Unidos no que se refere à democracia, aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos e às reformas nas relações entre o meio civil e o meio militar. O sucesso da assistência para a segurança, no sentido de ajudar a tratar dos novos desafios que surgirem, dependerá da continuidade da nossa liderança e assistência na área de política externa. Para que possamos dar continuidade ao nosso compromisso no sentido de melhorar a cooperação entre forças armadas, promover os valores da democracia e do respeito pelos direitos humanos e assegurar que aliados capazes e treinados tenham condições e estejam dispostos a nos apoiar quando isso se fizer necessário, o Congresso também precisa assumir o compromisso de proporcionar os recursos necessários para que continuemos a usar essas "ferramentas" para promover os nossos objetivos de política externa e proteger a segurança nacional dos Estados Unidos. Acreditamos que o melhor investimento que se pode fazer é contribuir para o fortalecimento dos nossos aliados e amigos, para atingir os objetivos de política externa dos Estados Unidos. ©

FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS EM TEMPO DE PAZ: UMA PODEROSA FERRAMENTA PARA A FORMAÇÃO DO AMBIENTE DE SEGURANÇA

General Peter J. Schoomaker



As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos são conhecidas como equipes de profissionais discretos, sempre prontos para reagir a qualquer momento e em qualquer lugar, para ajudar os diplomatas americanos e seus colegas militares, bem como militares estrangeiros e autoridades governamentais em nível local e nacional no mundo inteiro, como diz o general Peter Schoomaker, do Exército dos Estados Unidos, comandante-em-chefe do U.S. Special Operations Command [Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos], baseado na Florida. Esses soldados, marinheiros e aviadores americanos, que possuem habilidades multiculturais, além de um domínio especial de línguas estrangeiras, estão ajudando forças armadas estrangeiras diariamente, e ao mesmo tempo estão fortalecendo a "estatura dos Estados Unidos" e promovendo os interesses da segurança nacional dos Estados Unidos, diz ele.

Conhecedores das características culturais das regiões em que operam, falantes da língua da população local, maduros, independentes e discretos, quando isso se faz necessário, os soldados, marinheiros e aviadores do Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos e dos Special Operations Commands [Comandos de Operações Especiais] regionais que dão apoio a cada teatro geográfico, têm uma capacidade única de fazer uma contribuição significativa para o trabalho dos embaixadores americanos e suas equipes locais no sentido de fortalecer a imagem dos Estados Unidos e defender os interesses da segurança nacional dos Estados Unidos no mundo inteiro.

Em uma semana típica, aproximadamente 7.000 elementos das Forças de Operações Especiais estão posicionados em 60 a 70 países no mundo inteiro, em missões de apoio aos objetivos de política externa dos Estados Unidos, apoio aos esforços de envolvimento militar nos respectivos teatros de operações, desenvolvimento de relações duradouras com as nações hospedeiras e importantes missões de treinamento para equipes americanas. Somente em 1998, as Forças de Operações Especiais foram posicionadas e prestaram apoio a equipes diplomáticas e militares americanas em 152 países, completaram mais de 280 operações de Joint Combined Exchange Training [Intercâmbio Para Treinamento Combinado e Conjunto] (JCET),

cumpriram 123 missões de combate ao tráfico de drogas em 104 países e treinaram elementos de nações hospedeiras em operações de remoção de minas em 17 países.

A participação das Forças de Operações Especiais nessa variedade de programas de intercâmbio, exercícios, programas de treinamento e atividades humanitárias, nos ajuda a estabelecer e manter importantes relacionamentos pessoais e profissionais com as nossas forças armadas hospedeiras — relacionamentos baseados no respeito e na confiança de parte a parte. Repetidas vezes, esses relacionamentos têm sido de valor inestimável, tanto para os embaixadores americanos quanto para os comandantes militares nos teatros regionais de operações, nas ocasiões em que as crises e os conflitos ocorrem.

Igualmente importante, a presença das Forças de Operações Especiais ajuda a demonstrar com clareza o compromisso que os Estados Unidos têm com a nação hospedeira e ao mesmo tempo promove as instituições que contribuem para a estabilidade local e regional.

Uma característica exclusiva das Forças de Operações Especiais — uma característica que frequentemente é vista com bons olhos pelas equipes diplomáticas e militares dos Estados Unidos no exterior, pelos nossos

comandantes-em-chefe dos teatros de operações, e em muitos casos, pelas nações hospedeiras — é que elas geralmente são posicionadas sob a forma de pequenas equipes. Sejam esses elementos soldados, marinheiros ou aviadores, sua presença não é tão facilmente perceptível quanto a das forças convencionais. Isso lhes permite cumprir suas missões discretamente e de uma forma que é relativamente transparente para a maior parte da população local, sempre que for conveniente.

Sem dúvida, a verdadeira força dessas equipes está nos seus oficiais cuidadosamente selecionados, nos seus graduados altamente experientes e nos cabos e soldados que são meticulosamente selecionados para as missões nas quais deverão servir. Os líderes das Forças de Operações Especiais dedicam muito tempo à seleção de candidatos, para encontrar o tipo certo de profissional. Depois disso, investimos em muito treinamento e recursos para formar um indivíduo maduro, equilibrado, cuja considerável competência militar é complementada pelas habilidades lingüísticas apropriadas e conhecimento das características regionais e culturais da área na qual deverá operar. Acreditamos que é essencial manter esse padrão porque, atualmente, até mesmo as tarefas mais básicas executadas em um nível fundamental podem ter ramificações estratégicas mais amplas. Portanto, é imperativo que os elementos das Forças de Operações Especiais continuem a ser profissionais maduros e sagazes que compreendem as implicações das suas ações, bem como os seus laços com o ambiente no qual operam.

Os embaixadores americanos e suas equipes locais, bem como os comandantes-em-chefe dos teatros de operações, estão cada vez mais cientes da maneira pela qual as habilidades exclusivas das Forças de Operações Especiais podem prestar um apoio significativo para que possam ser atingidos os seus objetivos regionais e nacionais. Como resultado, as Forças de Operações Especiais têm sido cada vez mais solicitadas no mundo inteiro. Se você identificar um ponto "que está esquentando" em qualquer parte do mundo, é provável que elementos das Forças de Operações Especiais já estejam lá, envolvidos em uma série de importantes atividades.

A capacidade que as Forças de Operações Especiais têm de conduzir essas atividades é o resultado direto do treinamento que recebem para nove missões principais.

Na verdade, quando somos posicionados para apoiar os objetivos de um embaixador ou de um comandante-em-chefe de teatro de operações, na maior parte das vezes temos grandes probabilidades de sermos bem sucedidos, na nossa percepção. A nação hospedeira se beneficia dos treinamentos que proporcionamos, há progresso no atingimento dos objetivos do embaixador e/ou comandante-em-chefe envolvido e as Forças de Operações Especiais se beneficiam, aperfeiçoando seus conhecimentos culturais, suas habilidades lingüísticas e colocando em prática as habilidades que treinaram tanto para desenvolver. Aqui estão alguns exemplos que servem para ilustrar esse resultado três vezes positivo:

Defesa Interna no Exterior, isto é, ajudar os aliados dos Estados Unidos a organizar e treinar suas forças para fortalecer suas próprias defesas e contribuir para a estabilidade regional de maneira mais ampla, é uma das "missões principais" das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos. A African Crisis Response Initiative [Iniciativa para Reação às Crises na África] (ACRI), um programa do Departamento de Estado para mobilizar as nações africanas para reagir a crises regionais, é um exemplo clássico da aplicação das habilidades das Forças de Operações Especiais na área de defesa interna no exterior. Unidades das Forças de



No decorrer do ano de 1998, as Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos participaram de operações de remoção de minas em 17 países - incluindo várias nações africanas, a Tailândia, o Laos e o Camboja, onde as forças locais são treinadas para reconhecer, sinalizar e destruir com segurança milhares de minas existentes.

Operações Especiais estão ajudando a organizar e treinar as forças armadas nativas no Senegal, Uganda, Malawi, Gana, Benin, Costa do Marfim e Mali, como um passo à frente, rumo à maior estabilidade regional. Na área de combate ao tráfico de drogas, Forças de Operações Especiais, no momento, estão trabalhando em uníssono com a equipe local americana na Colômbia, para ajudar o governo colombiano no treinamento de unidades da sua força militar antidroga, nas habilidades organizacionais e de campo de que elas precisam para ajudar a combater o problema da produção e distribuição de drogas que assola o seu país. Forças de Operações Especiais têm se envolvido em atividades similares em outras nações andinas como a Venezuela, o Equador, o Peru e a Bolívia. Além disso, embarcações de patrulha costeira das Forças de Operações Especiais estão mantendo uma presença contínua no Caribe Ocidental e Oriental, onde trabalham em conjunto com os esforços para o cumprimento da lei, da Guarda Costeira dos Estados Unidos, prestando apoio às atividades de detecção e monitoramento do Comando Sul dos Estados Unidos. Todas essas atividades das Forças de Operações Especiais têm um impacto direto nos esforços dos Estados Unidos para reduzir o corrosivo impacto do narcotráfico sobre as nações amigas, bem como sobre os Estados Unidos.

As atividades de remoção de minas dos Estados Unidos têm levado pequenas equipes das Forças de Operações Especiais a virtualmente todos os cantos do mundo que têm uma história de conflitos. Em lugares como a África, a Tailândia, o Laos e o Camboja, as Forças de Operações Especiais treinam as forças locais para que elas reconheçam, sinalizem e destruam, com segurança, as dezenas de milhares de minas que ainda existem. Além disso, as Forças de Operações Especiais ajudam as nações hospedeiras a organizar estratégias de ação de remoção de minas em âmbito nacional, e campanhas de conscientização do público sobre essa questão. Esse trabalho humanitário tem como objetivo ajudar esses governos a reduzir, e a longo prazo, eliminar a ameaça traiçoeira e mortal que essas minas representam para as suas populações civis.

Esses exemplos ilustram a maneira pela qual as atividades de envolvimento em tempo de paz das Forças de Operações Especiais resultam em uma "vitória" para



Soldados e policiais vietnamitas ajudam o sargento Enos Porche, do 353.º Esquadrão de Manutenção, e o sargento Scott Splinter, do 17.º Esquadrão de Operações Especiais a acomodar um "pallet" após carregarem 19 toneladas de gêneros alimentícios fornecidos como ajuda humanitária em Hue, Vietnã.

o embaixador dos Estados Unidos e para o comandante-em-chefe do teatro de operações; uma "vitória" para a nação hospedeira; e uma "vitória" para o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos. Como resultado, é fácil entender porque o "envolvimento regional" é bom para as Forças de Operações Especiais e continuará sendo bom no futuro.

Um benefício adicional dos posicionamentos regularmente programados, em âmbito global, das Forças de Operações Especiais é que quando as crises, de fato, aparecem, em muitos casos as Forças de Operações Especiais já se encontram no local ou nas proximidades. O caos que caracteriza os primeiros momentos, no desenrolar dos acontecimentos em uma situação de crise, freqüentemente se torna um desafio maior ainda devido à falta de informações detalhadas. As Forças de Operações Especiais que estão presentes no local freqüentemente proporcionam, ao embaixador americano e ao comandante local, informações adicionais imediatas, obtidas por pessoas que estão envolvidas com a cultura, falam a língua, e podem apresentar um elemento de verdade em um momento crítico, sem ter que esperar a chegada de forças de nenhum outro lugar. Embora as equipes das Forças de

Operações Especiais raramente estejam equipadas para resolver, sozinhas, uma crise, elas podem ter um papel essencial, permitindo a introdução tranqüila e eficaz de elementos para a resolução da crise.

Os benefícios em potencial das atividades de envolvimento das Forças de Operações Especiais em tempo de paz são enormes quando ocorrem desastres. Nos casos em que os Estados Unidos são solicitados para proporcionar ajuda humanitária de emergência, as Forças de Operações Especiais podem ajudar a diminuir o tempo de reação dos Estados Unidos em situações em que o tempo é o fator mais crítico.

Recentemente, tempestades tropicais causaram inundações devastadoras no Vietnã, e por isso, o embaixador americano Douglas B. "Pete" Peterson pediu ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos que ajudasse a levar suprimentos críticos para a ajuda às vítimas, por via aérea. Como as forças convencionais

mais próximas levariam dias para chegar ao local, foi feito um pedido ao quartel-general do Pacífico, do Comando de Operações Especiais, que já estava com duas aeronaves MC-130 TALON II e as respectivas tripulações na área, em treinamento. Eles puderam atender ao pedido em questão de horas. Essas tripulações transportaram mais de 9.900 quilos de materiais críticos para a ajuda à população, para a histórica cidade de Hue, onde representantes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e soldados vietnamitas trabalharam para retirar os suprimentos das aeronaves e facilitar a distribuição dos materiais.

Nesse caso — assim como em tantos outros no mundo inteiro — as Forças de Operações Especiais proporcionaram um conjunto de ferramentas exclusivo, ágil, capaz, de comprovada eficácia e de grande importância para ajudar a garantir a estabilidade regional e promover o entendimento entre as nações. ©

DEFENDENDO AS NOSSAS PRIORIDADES E AO MESMO TEMPO ASSEGURANDO A PAZ

Senador Max Cleland



O tempo de paz — como o período atual para os Estados Unidos, felizmente — é a época em que devemos ser mais criteriosos no que diz respeito à observância das nossas políticas de segurança nacional, justamente para evitar que a paz seja perdida ou que os interesses nacionais sejam comprometidos, diz o senador Max Cleland. Ele insiste para que sejam realizados debates no Senado, regularmente, para ajudar a definir quais são esses interesses nacionais. Cleland, um democrata da Geórgia, é membro do comitê do Senado para as forças armadas desde sua eleição para o Senado em 1996.

Ao nos aproximarmos do final do século XX, as aterrorizantes incertezas da Guerra Fria deram lugar à era atual, que é incerta e intrigante, mas também cheia de esperança. Como ocorre em qualquer período de transição, estamos procurando, cuidadosamente, as estratégias e políticas mais apropriadas para a manutenção e o fortalecimento dos nossos interesses de segurança nacional.

Na época da Guerra Fria, nossas políticas diplomáticas e militares tinham como objetivo a oposição aos regimes comunistas do mundo, por meio da OTAN e de outros mecanismos criados para nos ajudar a lidar com as realidades do modelo bipolar. Agora os Estados Unidos cumprem a árdua tarefa de "manter a paz" no mundo inteiro, por terem as forças armadas mais fortes, mais bem treinadas e mais bem armadas do mundo.

Embora o nosso envolvimento direto nem sempre sejam necessário ou desejável em conflitos regionais em várias partes do mundo, os Estados Unidos podem se envolver indiretamente, e com eficácia, em missões de manutenção da paz, por meio de uma estratégia de envolvimento internacional adequados das nossas forças armadas. De acordo com um recente depoimento do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, general Henry Shelton, perante a Comissão do Senado para as forças armadas, "Os Estados Unidos são um martelo, mas nem todo conflito é um prego". Através da formação e do envolvimento, podemos assegurar um resultado mais favorável nos casos que não envolvem os nossos interesses nacionais vitais, mas que certamente nos interessam, por sermos membros da comunidade internacional na qual a paz e o respeito

pelos direitos humanos nos beneficiam a todos.

O envolvimento militar em atividades de paz é extremamente importante para os Estados Unidos atualmente, ao entrarmos no século XXI. A partir de 1989, tivemos que reavaliar e reformular nossa estratégia militar nacional várias vezes. Durante todo o processo de reformulação e análise, tem-se verificado uma necessidade constante, e em grande parte não satisfeita, de um consenso nacional a respeito de uma política coerente de envolvimento, para os indivíduos que determinam a nossa política externa nacional, bem como para os nossos militares e seus respectivos líderes.

Como sempre ocorreu no decorrer da história, as forças armadas americanas, como ocorre com as forças armadas de qualquer país, são uma parte significativa da nossa estrutura nacional de poder. Poucas nações, até agora, foram potências mundiais por muito tempo, seja sob o ponto de vista econômico ou político, sem forças armadas poderosas para assegurar o atingimento dos seus ideais filosóficos. O principal objetivo das nossas forças armadas, naturalmente, é defender os nossos interesses nacionais dissuadindo os ataques a esses interesses, além de serem capazes de dominar a situação em qualquer conflito que ocorrer, se a dissuasão falhar. A chave para isso é determinar adequadamente os nossos interesses e em seguida criar os melhores meios, militarmente ou não, para garantir esses interesses.

Nem sempre o uso dos meios militares é o melhor método ou o método preferido de defender os nossos interesses. Na verdade, os esforços nas áreas diplomática, cultural ou econômica frequentemente são

mais compensadores, sob o ponto de vista de custo, do que o envolvimento ou a intervenção militar. Além disso, as nossas forças armadas podem ser, e de fato têm sido, solicitadas em demasia, considerando os recursos que foram colocados à sua disposição. Uma instituição militar que cobre uma área grande demais ou que está sobrecarregada é uma receita para sérios problemas operacionais, de moral e orçamentários, e é um problema que deve ser tratado com prioridade pelos nossos líderes políticos e militares.

Apesar disso, na minha opinião, devemos dar continuidade ao nosso trabalho no sentido de oferecer instrução militar para os nossos aliados por meio do Marshall Center na Europa, da School of the Americas e de programas similares. Sempre acreditei que aqueles que compreendem a guerra, inclusive os verdadeiros custos da guerra, compreendem a paz e todas as suas bênçãos. Os militares norte-americanos têm boa instrução como estudantes de (Karl von) Clausewitz, Sun Tzu, (Alfred Thayer) Mahan, e os melhores autores que se conhece, de textos sobre conflitos e envolvimento. Ao mesmo tempo, eles também recebem treinamento rigoroso e eficaz sobre princípios americanos fundamentais como a subordinação das forças armadas às autoridades civis e respeito pelos direitos humanos. Embora os nossos esforços na área de instrução militar no exterior e/ou para alunos estrangeiros nem sempre têm sido bem sucedidos em repassar esses valores, eu acredito que as reformas recentes eliminarão quaisquer falhas desse tipo no futuro.

Ao trabalhar com outras nações por meio das nossas forças armadas, o Congresso também precisa estar envolvido. Minha esperança e meu objetivo é podermos abordar essas questões de uma forma mais bipartidária. Desde meu ingresso no Senado, tenho me sentido profundamente incomodado pelo tom dos nossos

debates no Congresso, a respeito de uma série de importantes questões de segurança nacional. O Senado tem tomado importantes decisões a respeito das nossas políticas nos Bálcãs e no Golfo Pérsico, assim como do futuro da OTAN e das Nações Unidas, sem um conjunto abrangente de objetivos e políticas dos Estados Unidos. Eu simplesmente não acredito que podemos nos dar ao luxo de continuar mantendo uma atitude de partidarismo e objetivos conflitantes sem causar sérios prejuízos aos nossos interesses nacionais. Por esses motivos, anunciei, neste outono, planos para uma grande iniciativa no sentido de promover debates, no plenário do Senado, no próximo ano, a respeito dos objetivos do nosso país nas questões de segurança nacional.

O plano prevê debates entre senadores a cada quatro a seis semanas, sobre assuntos incluindo a relação dos Estados Unidos com a OTAN e com a ONU, o papel apropriado dos Estados Unidos nas missões de manutenção de paz no mundo inteiro e uma definição dos "interesses nacionais" para ajudar a determinar quando as tropas americanas devem ser posicionadas no exterior. Precisamos provar que estamos mais preocupados com "princípios de política externa" do que em "fazer política externa". Os valores que estão em jogo são altos demais, e os resultados são importantes demais para o povo americano, para as forças armadas americanas e para a comunidade internacional, e portanto isso é o mínimo que podemos fazer.

Embora a expressão "tempo de paz" não transmita uma idéia de atividade militar, esse é o tempo em que eu acho que os Estados Unidos devem estar mais atentos às suas políticas de segurança nacional, para assegurar a continuação da paz e a proteção dos nossos interesses nacionais. ●

ACRI: TRABALHANDO COM AS NAÇÕES AFRICANAS PARA CONSTRUIR A ESTABILIDADE REGIONAL

Entrevista com o embaixador Aubrey Hooks



O principal desafio da African Crisis Response Initiative [Iniciativa para Reação a Crises na África] [ACRI], no limiar do novo milênio, é "tentar corresponder ao interesse cada vez maior" por parte dos países africanos que gostariam de participar do programa, diz o embaixador Aubrey Hooks, coordenador especial da ACRI, do Departamento de Estado dos EUA. As missões principais da ACRI, segundo o embaixador, são "fortalecer a capacidade dos países africanos de participar, de maneira eficaz, de operações de manutenção de paz e das missões em crises humanitárias" e "construir um futuro mais estável para eles próprios e para o continente como um todo". O embaixador foi entrevistado pela nossa colaboradora Susan Ellis.

PERGUNTA: Como o senhor definiria a atual função da ACRI e os seus principais objetivos?

HOOKS: A função da ACRI é a mesma, desde a fundação da organização: fazer com que os países da África tenham maior capacidade de participar, de maneira eficaz, de operações de manutenção de paz e de missões em crises humanitárias.

P: Em que setor a ACRI tem uma atividade mais intensa, e por que?

HOOKS: Somos um programa de treinamento, e acho que somos mais eficazes no treinamento de habilidades de manutenção de paz, e também no treinamento para as atividades de comando e controle. Isto é, como você pega os vários elementos, vários contingentes, e após reuni-los, você transforma um mandato político em uma presença militar em uma região. Acho que é nesse processo que estabelecemos a nossa reputação, a qual eu acho que, no momento, é muito boa, no continente africano.

P: Os contatos da ACRI de país para país, e os contatos regionais, influenciam os instrumentos de diplomacia?

HOOKS: Em termos de diplomacia, definitivamente, a influência tem sido grande. O USEUCOM (U.S. European Command) [Comando dos Estados Unidos na Europa] e o USCENTCOM (U.S. Central Command) [Comando Central dos Estados Unidos], os comandos de teatros de operações que lidam com

várias partes da África, descrevem a ACRI como o carro-chefe do seu relacionamento entre as forças armadas e os países africanos. O que percebemos é que existe muito interesse na ACRI. E, no contexto militar, isso tem ajudado a abrir muitas portas.

Além disso, é claro, eu acho que em termos das nossas embaixadas na África, este é outro envolvimento por parte dos Estados Unidos que amplia os nossos contatos com uma série de países, e tem dado resultados positivos. Fornecemos os equipamentos e ministramos o treinamento. Isso também significa que o relacionamento entre os Estados Unidos e o país-parceiro é muito mais profundo do que seria em outras circunstâncias.

P: Portanto o senhor acredita que a ACRI representa um bom exemplo de diplomacia pública?

HOOKS: Exatamente. E Malawi, um dos primeiros países a apoiar o nosso programa, é um excelente exemplo.

Malawi fica na parte sul do continente, e estamos muito satisfeitos pelo fato de os malawianos participarem do programa. Eles nos apoiaram com entusiasmo desde o início, e eles provavelmente são as pessoas que estão mais adiantadas no que se refere à evolução do programa, pois começaram cedo, têm sido constantes na parceria conosco e progrediram de forma significativa. Já ouvimos muitos elogios às qualificações das tropas de Malawi. Por exemplo, quando elas participaram dos exercícios Blue Crane [Garça Azul] —

organizados na África do Sul pela organização sub-regional SADC (Southern African Development Community) [Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África] — seu desempenho foi devidamente observado pelos outros participantes.

P: De que maneiras a diplomacia pública ajuda a ACRI a atingir os seus objetivos?

Hooks: A ACRI é um programa que, desde o início, tem dado muita importância à transparência e à abertura. E aceitamos bem a atenção e a discussão pública a respeito da nossa organização. Achamos que este é um excelente programa que demonstra maior envolvimento dos Estados Unidos no continente africano, e no momento ele é, provavelmente, a iniciativa deste governo mais bem conhecida e mais bem sucedida na África. Achamos que temos uma ótima história para contar, e sempre temos prazer em fazer isso na imprensa, para que possamos atingir o maior número de pessoas. Achamos que este programa abriu muitas portas, não apenas no nosso relacionamento militar, mas também em termos políticos, de maneira mais ampla, porque eu acho que as pessoas aprenderam a respeitar o programa pelo que ele oferece, e por que elas percebem que ele atende a uma necessidade específica.

Quando este programa foi lançado em 1996, as missões de paz eram vistas de maneira diferente no continente. Agora, um número cada vez maior de governos - e eu acho que o Quênia talvez seja um exemplo disso - já perceberam que a manutenção da paz é, de fato, uma missão importante para as forças armadas, e lhes oferece uma missão que transcende as fronteiras do seu país. A manutenção da paz é vista como uma boa coisa. Ela realça o prestígio do país, como um país que está envolvido em uma boa causa humanitária. A ACRI, ao mesmo tempo, construiu uma excelente reputação desde o seu lançamento, três anos atrás. Em parte, isso se deve à publicidade de que temos sido alvo. Acredito que a exposição aos meios de comunicação e a diplomacia pública caminham lado a lado. Portanto, eu acredito que a diplomacia pública contribuiu para o sucesso da ACRI.

P: Qual é o processo empregado pela ACRI para determinar onde e quando ela deve se envolver?

Hooks: A ACRI é um programa de treinamento. Examinamos vários países da África onde temos alguns contatos. Fazemos apresentações a respeito do programa em todo o continente. Quando encontramos países que estão interessados no programa, e que tenham demonstrado interesse em participar de operações de manutenção de paz, investigamos a possibilidade de estabelecer uma parceria.

Temos três parâmetros gerais que são necessários: (1) um governo civil democrático, (2) respeito pelos direitos humanos e (3) uma capacidade militar significativa. E quando os países que satisfazem esses três critérios manifestam interesse em participar do programa, nós investigamos a possibilidade de oferecer treinamento.

P: É verdade que a sua organização pretende, no futuro, estabelecer uma parceria com a Nigéria?

Hooks: Adorariamos ter uma relacionamento com a Nigéria, bem como com a África do Sul. Esses países são muito grandes. No caso da Nigéria, nenhum outro país no continente já teve a experiência que a Nigéria teve em missões de manutenção de paz. A Nigéria já exerceu uma função de liderança em várias operações de manutenção de paz. Trata-se de um grande país com uma população numerosa, a mais numerosa da África, com um poder militar significativo, e os recursos econômicos para participar de operações de manutenção de paz. Achamos que seria muito vantajoso ter tanto a Nigéria quanto a África do Sul no programa; gostaríamos de nos beneficiar da sua experiência.

Na minha opinião, parceria é uma palavra que reflete a maneira pela qual vemos o programa e a sua eficácia. Antes da criação da ACRI, consultamos, cautelosamente, nossos amigos africanos. Recebemos suas sugestões e conselhos e reorientamos este programa de modo a refletir suas sugestões. Chegamos até a mudar o nome do programa. O nome original era ACRF (African Crisis Response Force) [Força de Reação a Crises Africanas]. Posteriormente o nome foi mudado para ACRI. A palavra "iniciativa" é o resultado dessas consultas. A participação de países como a Nigéria significaria um grande impulso para o nosso programa. Mas eu também acredito que poderíamos oferecer alguma coisa significativa à Nigéria

P: Além dos benefícios diretos e óbvios dos contatos entre forças armadas de diferentes países em treinamento e operações de manutenção da paz, quais são alguns dos outros benefícios a longo prazo, e talvez menos compreendidos, dos contatos e interações entre as forças armadas dos Estados Unidos e as forças armadas de outros países?

Hooks: Podemos citar várias coisas. As forças armadas dos Estados Unidos estão tentando envolver vários países africanos em uma série de programas diferentes. Temos exercícios regionais, como por exemplo o Natural Fire [Fogo Natural] que foi realizado na parte oriental do continente em 1998, e que foi extremamente bem sucedido. Esse exercício contou com a participação de Uganda, Tanzânia e Quênia. E eu acho que um programa desse tipo, em que houve contato direto com as forças armadas dos Estados Unidos, também contribuiu, de maneira decisiva, para que o Quênia resolvesse aceitar a ACRI como programa de treinamento.

Quando as forças armadas de países diferentes têm a oportunidade de se conhecer, de trabalhar e de treinar em conjunto, elas estabelecem os contatos que inspiram confiança, estimulam a cooperação e encorajam relações duradouras que interessam tanto ao país parceiro quanto aos Estados Unidos.

P: Quais são as organizações internacionais que estão envolvidas nos programas de treinamento da ACRI?

Hooks: Uma das coisas que temos tentado fazer, desde o início do programa, é envolver organizações humanitárias. Quando começamos a desenvolver o programa, fomos às Nações Unidas, por exemplo, para nos assegurarmos de que estávamos preparados para ministrar instrução de acordo com os padrões da ONU que haviam sido desenvolvidos para as operações de manutenção de paz. Eles confirmaram que nosso programa estava à altura desses padrões.

Segundo, convidamos várias organizações que fazem parte da estrutura da ONU, como o UNHCR (UN High Commissioner for Refugees) [Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados], e outras organizações humanitárias, incluindo o International Committee of the Red Cross [Comitê Internacional da

Cruz Vermelha], para enviar representantes para participar do treinamento, porque essas são organizações que estão na área. Em qualquer operação de manutenção da paz, sempre há uma crise humanitária.

Acreditamos que, para que o treinamento seja realista, precisamos incorporar as informações dessas organizações durante o treinamento, para que os militares se familiarizem com as necessidades das organizações humanitárias, e também para que as organizações humanitárias compreendam as necessidades dos militares e o que os militares podem fazer por elas. Por exemplo, se eles quiserem enviar um comboio transportando alimentos, eles frequentemente precisarão de proteção para que os veículos cheguem ao seu destino. Esta é uma área em que as organizações humanitárias podem trabalhar em conjunto com as forças armadas. O nosso programa tem sido único nesse aspecto, pois ele une as organizações humanitárias às forças armadas para que possam treinar juntos; assim as duas instituições podem trabalhar melhor em conjunto.

P: De que maneiras a ACRI melhorou a capacidade da comunidade internacional de reagir a desastres humanitários reais ou em potencial?

Hooks: Esta é uma excelente pergunta, porque o principal objetivo da ACRI é melhorar a capacidade das forças armadas africanas de reagir às crises. E essa missão, ou esse mandato, pode partir das Nações Unidas, da OAU (Organization of African Unity) [Organização para a Unidade Africana], ou de organizações sub-regionais como a ECOWAS (Economic Community of West African States) [Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental] ou SADC.

O chamado também pode vir das coalizões formadas com um objetivo — isto é, aliados que foram reunidos por um país líder para tratar de uma determinada crise. Portanto, trata-se de uma capacidade que pode ser utilizada por várias organizações diferentes. A decisão contra ou a favor de enviar tropas em uma operação de manutenção de paz é sempre uma decisão soberana do país que participa do nosso programa. Obviamente, nosso foco é na África, mas as tropas que passam pelo nosso programa estão inteiramente qualificadas para

participar de operações de manutenção da paz no Oriente Médio, Ásia, América Latina ou em qualquer parte do mundo.

P: Como o senhor avaliaria as principais preocupações e desafios que a ACRI enfrenta em termos de interoperabilidade no que diz respeito ao equipamento, às comunicações e à doutrina?

Hooks: Naturalmente, esta é sempre a pergunta principal, e tentamos tratar de duas questões: características comuns e interoperabilidade. Para tratar da questão das características comuns, nós nos baseamos no fato de que temos uma experiência de treinamento compartilhada de acordo com padrões comuns. Portanto, quando contingentes de países diferentes e tradições diferentes se unem, eles encontram, com mais facilidade, uma abordagem comum para a resolução de problemas.

Há muitas pessoas que imaginam a África como um continente homogêneo. Ela não é homogênea. A diversidade é enorme no continente. Eu me recordo de uma ocasião em que trabalhei com o comandante da força solicitada pela ONU na República Centro-Africana, conhecida como MINURCA. O general comandante, Barthelemy Ratanga, do Gabão, explicou que os contingentes africanos de países diferentes, que falam o francês, às vezes operam de maneiras muito diferentes, pois têm suas próprias tradições locais. Portanto, as características comuns da nossa abordagem funcionam da seguinte forma: temos padrões comuns e uma experiência de treinamento em comum — portanto, a abordagem ao lidar com os problemas também é comum.

Em termos de interoperabilidade, a principal questão é como usar contingentes de países diferentes e fazer com que eles se comuniquem entre si. E o que fazemos, além de ministrar instrução, é fornecer equipamentos. Este é o segundo componente do nosso programa. E uma boa parte desse equipamento é relacionado com comunicação. O equipamento inclui rádios que podem ser ajustados para operar em muitas frequências diferentes, para que os contingentes de países diferentes possam ter a mesma frequência e portanto possam se comunicar entre si sem dificuldades.

P: De que maneira as funções do seu escritório são coordenadas com o Departamento de Defesa?

Hooks: A ACRI é uma iniciativa presidencial, gerenciada pelo Departamento de Estado. Embora ela envolva o treinamento de tropas na África, ela não é gerenciada pelo Departamento de Defesa. No entanto, há vários elementos do Departamento de Defesa que trabalham em estreita colaboração no que estamos tentando fazer.

Afinal, os principais elementos envolvidos com o treinamento da ACRI são as Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos. E portanto trabalhamos diretamente com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e também com o Gabinete do Secretário de Defesa em questões relacionadas ao treinamento, para nos certificarmos de que estamos operando de acordo com os mais elevados padrões; de que a nossa doutrina esteja correta, sob o ponto de vista militar; e de que o treinamento propriamente dito esteja de acordo com as normas militares estabelecidas, e que seja ministrado pelos melhores instrutores dos Estados Unidos, que, na verdade, são membros das Forças Especiais dos Estados Unidos. Portanto existe um relacionamento muito próximo e mutuamente benéfico entre a nossa organização e o pessoal do Departamento de Defesa.

P: Quais foram as principais realizações da ACRI desde a sua fundação aproximadamente três anos atrás?

Hooks: Houve várias realizações importantes. Uma foi o lançamento de um programa de treinamento para missões de manutenção de paz que tem excelente reputação em todo o continente. Uma prova disso é o fato de que alguns países - Senegal e Gana, por exemplo - estão solicitando treinamento adicional.

Em segundo lugar, alguns países, como o Quênia, que inicialmente tinham algumas reservas quanto ao programa, solicitaram o treinamento da ACRI.

Em terceiro lugar, temos forças armadas treinadas que já participaram de operações de manutenção da paz após terem iniciado o treinamento da ACRI. E segundo todas as informações de que dispomos, seu desempenho nessas operações reflete a boa qualidade do treinamento. Isso é uma prova de que nós realmente estamos atingindo o nosso objetivo.

O que estamos tentando fazer? Estamos tentando treinar as forças armadas dos países que estão dispostos a participar das operações de manutenção da paz. Dos sete países que treinamos até o momento, cinco se envolveram ou estão envolvidos, no momento, em operações de manutenção da paz. Portanto, estamos chegando às pessoas certas.

Desde o início do programa ACRI — e existem outros fatores que também contribuíram para isto — muitos países africanos começaram a ver, nas operações de manutenção da paz, um papel significativo para as suas forças armadas.

Naturalmente, sob o ponto de vista dos Estados Unidos, as operações de manutenção de paz têm ocupado, cada vez mais, o tempo das nossas forças armadas nos últimos anos. E eu acho que a ACRI, certamente no contexto da África, vem chamando a atenção para o fato de que podemos treinar forças armadas para que elas estejam preparadas para essa tarefa.

P: Como o senhor vê o efeito, a longo prazo, das iniciativas da ACRI? E o senhor acredita que o objetivo final é fazer com que a organização não seja mais necessária?

Hooks: Esta é uma pergunta interessante. Uma das coisas com as quais sempre nos preocupamos é: como manter o treinamento. O treinamento, naturalmente, é um item perecível, por assim dizer, e portanto, como você pode mantê-lo por um período de tempo mais prolongado? No nosso caso, em particular, nós tratamos dessa questão em vários níveis.

Em primeiro lugar, o treinamento no nível de batalhão é realizado da seguinte forma: são realizados seis exercícios a intervalos de seis meses; portanto, eles cobrem um período de três anos. Assim, é feito o treinamento inicial, e em seguida são feitos cinco exercícios subsequentes para reforçar aquele treinamento.

Segundo, o nosso programa tem como base o conceito de se "treinar o instrutor" — não se trata apenas de habilidades de treinamento e nem de treinamento sobre como administrar um programa de treinamento. Dessa

forma, por exemplo, em um exercício, nós temos exercícios em sala de aula, o que chamamos "Treinamento Subseqüente Um". E "Treinamento Subseqüente Dois" tem como objetivo ver até que ponto os indivíduos que participaram do primeiro exercício treinaram as tropas para participar do segundo exercício.

Terceiro, acreditamos que existem alguns programas e exercícios que reforçam o que nós estamos tentando fazer. Um exemplo é o JCET (Joint Combined Exchange Training) (Intercâmbio para Treinamento Conjunto Combinado), que é um exercício de treinamento das forças armadas dos Estados Unidos nos países africanos e em outras nações no mundo inteiro. Esses exercícios conduzidos com as tropas locais podem complementar as habilidades de proteção de força que nós estamos ensinando.

Quarto, existem exercícios regionais, geralmente com ênfase em habilidades de manutenção da paz, por exemplo o Garça Azul, que eu mencionei anteriormente. Organizamos um no ano passado, chamado Fogo Natural. Os franceses organizaram um em 1998, chamado Guidimakha, e estão organizando um em janeiro ou fevereiro do próximo ano, chamado Gabon 2000.

Todos esses exercícios, de fato, envolvem habilidades de manutenção de paz, e portanto, reforçam o que nós estamos tentando ensinar. O relacionamento mais amplo com as forças armadas dos Estados Unidos — seja sob a forma de visitas de navios, JCETs ou exercícios regionais — contribui para um relacionamento que ajudará a manter o nosso treinamento por um longo período de tempo.

Mas eu não vejo a ACRI como um programa que deverá, necessariamente, existir para sempre. Pelo contrário, trata-se de um programa que foi instituído para ensinar habilidades de manutenção de paz e para ensinar os países a organizar programas para o desenvolvimento dessas habilidades. Quando essa tarefa estiver terminada, o treinamento que proporcionamos pode ser mantido, a longo prazo, pelos outros programas que o Pentágono mantém em seus relacionamentos militares e pelos exercícios regionais que muitos países organizam na África.

P: Como o senhor caracteriza as principais ligações e diferenças entre "manutenção da paz" e "envolvimento militar em tempo de paz"?

Hooks: O termo "envolvimento militar em tempo de paz" se refere, eu acho, a toda a gama do relacionamento que temos entre nossas forças armadas e as forças armadas de outros países, nesse caso, países africanos, seja um JCET, ou um exercício regional, ou uma visita de navio, ou alguma outra coisa. A manutenção de paz, naturalmente, em geral ocorre após incidentes de violência — seja entre estados ou entre elementos do mesmo estado — quando os países posicionam tropas, em um esforço para tentar assegurar um ambiente estável para que se possa construir a paz. Isto é, houve um conflito, e todos os lados concordam com a entrada de uma força de manutenção de paz no território. Essa força está no local para que as instituições governamentais possam ser colocadas em funcionamento novamente e possam tratar da questão de como conduzir o país no rumo da estabilidade, a longo prazo.

As operações de manutenção de paz, naturalmente, podem se prolongar por muitos anos, mas geralmente o seu prazo de duração é mais curto. Os relacionamentos militares estabelecidos durante as missões de manutenção de paz, no entanto, são duradouros, e esperamos que esses relacionamentos se tornem mais ricos com o passar do tempo.

P: Quais são os principais desafios enfrentados pela ACRI ao entrarmos no próximo milênio?

Hooks: Nosso principal desafio é tentar reagir ao interesse, cada vez maior, em participar do programa. À

medida que um número cada vez maior de países querem participar do programa, muitos recursos de treinamento se fazem necessários, tendo em vista os exercícios que realizamos. E, considerando o fato de que usamos Forças Especiais, que complementamos com elementos terceirizados, como os principais instrutores, a pergunta é: Como vamos gerenciar esses recursos da maneira mais eficaz, para que possamos ministrar treinamento para o maior número de países, e o maior número de militares? Esse é o verdadeiro desafio: encontrar recursos suficientes de treinamento nas forças armadas dos Estados Unidos para atender às manifestações de interesse no programa.

É claro que esse problema é o resultado direto do sucesso. É maravilhoso ter um problema assim, mas não obstante, devemos gerenciá-lo com muito cuidado. Na verdade, a questão é: Por que lançamos essa iniciativa? Eu acho que ela reflete a preocupação com os conflitos que, infelizmente, têm trazido problemas para o continente africano nos últimos anos, e o desejo, por parte do governo dos Estados Unidos, de ajudar os países africanos nos seus esforços para tratar dos problemas que ocorrem no seu continente. Estamos presenciando, cada vez mais, uma disposição, por parte dos países africanos, de tentar resolver os problemas nas suas respectivas áreas.

Portanto, o objetivo do programa é melhorar a capacidade das nações africanas de construir um futuro mais estável para si mesmas e para o continente como um todo. ●

OS PROGRAMAS DE ENVOLVIMENTO EM TEMPO DE PAZ EM MALAWI FORTALECEM A DEMOCRACIA

Vicki Adair



Malawi, país localizado no sul da África, "está utilizando uma série de programas militares oferecidos pelos Estados Unidos para fortalecer sua jovem democracia e para aperfeiçoar a capacidade profissional do seu exército", diz Vicki Adair, Assessora de Relações Públicas na Embaixada dos Estados Unidos em Lilongwe. "Os programas variam desde o treinamento militar tradicional até o fortalecimento das missões de manutenção de paz e a melhoria das relações com os meios de comunicação". As atividades de envolvimento militar em tempo de paz, realizadas pelos Estados Unidos e Malawi, demonstram os benefícios que ambas as partes podem usufruir a partir dessas iniciativas, ela diz.

Malawi não é assunto dos noticiários internacionais com muita frequência. Esse pequeno país do sul da África, que faz fronteira com Moçambique, Zâmbia e Tanzânia, nunca teve uma guerra civil nos seus 35 anos de independência. E, ao contrário das forças armadas de algumas outras nações africanas, o exército de Malawi nunca tentou usurpar o poder de um governo civil. Na verdade, durante as primeiras eleições multipartidárias do país, em 1994, os militares permaneceram nos quartéis e apoiaram a transição do país, da ditadura para a democracia.

Atualmente, o exército continua a desempenhar um papel nessa transição, e Malawi está utilizando uma série de programas militares oferecidos pelos Estados Unidos para fortalecer sua jovem democracia e para aperfeiçoar a capacidade profissional do seu exército. Os programas variam desde o treinamento militar tradicional até o fortalecimento das missões de manutenção de paz e a melhoria das relações com os meios de comunicação.

Malawi é um entre sete países africanos — e o único no sul da África — que no momento estão participando do treinamento da African Crisis Response Initiative [Iniciativa para Reação a Crises na África] (ACRI). Esse programa tem como objetivo melhorar a atual capacidade que as tropas africanas têm de se posicionar como tropas de manutenção de paz e de reagir às crises humanitárias, sob a égide de uma coalizão multinacional ou uma organização regional, sub-regional, ou internacional. Elementos do U.S. Third

Special Forces Group (Airborne) [Terceiro Grupo de Forças Especiais (Aerotransportadas) dos Estados Unidos], baseado em Fort Bragg, Carolina do Norte, estão trabalhando em conjunto com elementos terceirizados, incluindo peritos em informática, para conduzir uma série de exercícios no nível de batalhão, para os soldados de cada país participante. Usando treinamento de campo e exercícios feitos com o auxílio de computadores, o objetivo é estabelecer um currículo padrão de manutenção de paz, baseado nas normas das Nações Unidas, mas que seja adequado às necessidades de cada país em particular. Malawi participou de um treinamento inicial da ACRI em 1997; o seu terceiro exercício subsequente está programado para janeiro de 2000.

As experiências de Malawi com a manutenção da paz são anteriores à sua participação na ACRI. Malawi enviou observadores e tropas a Ruanda e defendeu uma passagem vital para o comércio, o Corredor de Nacala, durante a prolongada guerra civil de Moçambique, país limítrofe, na década de 1980 e no início da década de 1990. Essas duas experiências contribuíram para que o exército se conscientizasse da importância do treinamento em missões de manutenção de paz, assistência humanitária e resolução de conflitos. O comandante do exército de Malawi, general-de-exército J.G. Chimbayo, acredita que a ACRI está ajudando a aperfeiçoar as habilidades das suas tropas. "Embora o treinamento em missões de manutenção de paz já fizesse parte do nosso currículo há anos", ele diz, "nós nos beneficiamos dos exercícios práticos da ACRI,

como a prática de lidar com distúrbios civis, o auxílio humanitário e o uso de negociações. O nosso próprio exército não tem tido condições de conduzir tais exercícios devido a restrições de ordem financeira”.

Os soldados de Malawi foram elogiados durante uma série de exercícios regionais de manutenção de paz. Durante o Exercício Garça Azul, na África do Sul, na primavera de 1999, o general-de-exército Chimbayo observou suas tropas, treinadas pela ACRI, em ação, e mais tarde disse, "foi gratificante ver meus soldados prestando sua contribuição com igualdade, e talvez até mais do que isso, entre os militares de várias forças de defesa". O treinamento também está sendo útil fora da África. Atualmente, Malawi tem um observador treinado pela ACRI em Kosovo.

A ACRI talvez seja o mais conhecido programa de treinamento entre forças armadas, implementado em Malawi, e originário dos Estados Unidos, mas não é o único. Desde 1994, o programa Joint Combined Exchange Training [Intercâmbio de Treinamento Conjunto Combinado] (JCET) vem executando pequenos exercícios de intercâmbio, em nível de unidade, entre unidades das Forças Especiais dos Estados Unidos e o Exército de Malawi. Os JCETs em Malawi incluem treinamento de infantaria leve e de manuseio de armamentos, um curso de atualização de mestres de salto, para tropas pára-quedistas e treinamento em montanhismo, patrulhamento em postos de controle, navegação terrestre e remoção de minas terrestres, bem como a utilização de habilidades militares em tempo de paz. Um dos primeiros programas de JCET ofereceu um tipo de treinamento particularmente útil para os participantes africanos: ensinar os guardas dos parques nacionais as melhores maneiras de detectar e deter os caçadores ilegais de animais de grande porte, cuja caça é proibida por lei.

A maior parte dos oficiais superiores do exército participaram de programas de International Military Education and Training (IMET) [Formação e Treinamento Militar Internacional] que oferecem treinamento tanto em Malawi quanto nos Estados Unidos. O general-de-exército Chimbayo, por exemplo, é ex-aluno do Command and General Staff Officers Course [Curso de Comando e Estado-Maior] em Fort Leavenworth, Kansas. Os programas IMET deste ano, de acordo com a subchefe da missão da Embaixada dos

Estados Unidos Márcia Bernicat, terão, como ênfase, a capacidade de planejamento e gerenciamento de recursos e fortalecerão, mais ainda, as relações entre o meio civil e o meio militar, e o império da lei.

Verbas do IMET serão usadas para arcar com os custos de um Seminário Regional de Gerenciamento de Recursos Integrados de Saúde, que ajudará Malawi a desenvolver maneiras de utilizar, da melhor maneira possível, os seus limitados recursos de saúde na luta contra o vírus HIV e a AIDS. A propagação dessa doença é um dos maiores desafios enfrentados por Malawi atualmente; estima-se que haja uma taxa de infecção de aproximadamente 16 por cento entre a população adulta do país. O programa IMET permitirá que o Exército de Malawi tenha um importante papel no confronto com esse desafio.

Um dos mais recentes programas na grande variedade de tipos de treinamento patrocinados pelas forças armadas americanas em Malawi trata da necessidade de fortalecer as relações entre o meio civil e o meio militar, e o império da lei. O programa é conduzido pelo Defense Institute of International Legal Studies (DIILS) [Instituto Internacional de Direito Aplicado à Defesa] como parte do Expanded International Military Education and Training Program [Programa Internacional Expandido de Formação e Treinamento Militar] (E-IMET). Esse programa tem como objetivo proporcionar programas especiais de formação para países estrangeiros nas áreas de direito militar, sistemas de justiça criminal, o império da lei e a relação entre a lei e as operações militares disciplinadas.

As informações do país hospedeiro sobre o conteúdo dos cursos são uma parte integrante do programa DIILS. Representantes das forças armadas e do governo de Malawi visitaram os Estados Unidos para ajudar a planejar o primeiro seminário. Os seminários realizados em março e em setembro de 1999, em Malawi, se concentraram nas relações entre civis e militares, justiça militar, as forças armadas e os meios de comunicação e direitos humanos, usando técnicas de resolução de problemas em grupo e discussões, para estimular o diálogo entre civis e militares. O curso de setembro também incluiu uma sessão sobre as mulheres nas forças armadas, uma inovação com a qual Malawi contribuiu para o currículo do DIILS, ao se preparar para receber a primeira turma de mulheres que se

alistaram no exército. Embora a maioria dos participantes do primeiro seminário fossem militares, havia mais civis entre os alunos do segundo curso, como o líder do Parlamento, juízes de tribunais superiores e outras autoridades governamentais, membros da comunidade de direitos humanos e dos meios de comunicação. Além desses seminários no país, o DIILS proporcionou treinamento no exterior para o único assessor jurídico do Exército de Malawi, e tem planos de proporcionar uma viagem de estudos aos Estados Unidos, para um grupo de membros selecionados do recém-formado Comitê Parlamentar de Defesa. O grupo visitará o Congresso dos Estados Unidos para aprender mais a respeito da relação entre os militares e o governo eleito dos Estados Unidos.

A tenente da marinha dos Estados Unidos Sandra Jamison, coordenadora de cursos do DIILS para os programas com Malawi, admira a repercussão local dos cursos. Os participantes, ela diz, "têm-se mostrado muito entusiasmados, atentos e envolvidos, durante os seminários do DIILS. Frequentemente citamos Malawi como um excelente exemplo de cooperação entre militares e civis".

Essa cooperação é particularmente importante no que diz respeito aos meios de comunicação, que frequentemente podem influenciar a percepção que o público tem das forças armadas. Em comparação com muitos países africanos, as forças armadas de Malawi têm um relacionamento de trabalho relativamente bom com a imprensa. O coronel Roderick Chimowa, assessor de relações públicas do Ministério da Defesa, admite que as relações nem sempre foram tão cordiais. "No passado, eles (os jornalistas) tendiam a escrever

qualquer coisa que pensassem a respeito do exército, pois não havia um canal aberto para eles, para o fornecimento de informações. Mas hoje este canal existe, e somos capazes de conversar livremente com os órgãos de comunicação e trocar idéias. Quando eles não têm certeza a respeito do que está acontecendo, nós os encorajamos a nos procurarem, e atualmente eles fazem isso em muitos casos".

No entanto, alguns membros da mídia não demonstram muito entusiasmo. "As forças armadas estão se abrindo conosco", diz Martines Namingha, editor do *The Chronicle*, um dos jornais de Malawi, "mas nem tanto quanto gostaríamos, ou quanto esperávamos". Ele acrescenta que é preciso haver mais diálogo entre os militares e a mídia, uma opinião compartilhada por outras pessoas da mídia. Um editorial de jornal durante o último seminário do DIILS, escrito por um participante, aplaudia a continuidade dos esforços da imprensa e do exército no sentido de melhorar suas comunicações entre si. Esta é uma área que continuará sendo um dos pontos a serem enfocados no treinamento. A próxima sessão do DIILS em Malawi está programada para março de 2000.

As atividades de envolvimento militar em tempo de paz realizadas pelos Estados Unidos e Malawi refletem os benefícios para ambas as partes que podem resultar dessas iniciativas. Os Estados Unidos reforçam, de modo geral, as suas relações com as nações amigas, e países como Malawi, com orçamentos de defesa limitados, porém com uma experiência significativa, têm condições de receber tanto o treinamento militar de que necessitam quanto a assistência em uma série de problemas específicos. ©

O TRABALHO DAS FORÇAS ARMADAS DOS ESTADOS UNIDOS EM TEMPO DE PAZ CHEGA A TIMBUKTU E A OUTRAS CIDADES NO MALI

By Michael Macy



Os esforços das forças armadas dos Estados Unidos para ajudar o povo do Mali são o resultado direto de um relacionamento contínuo entre as forças americanas e as forças malinesas, que teve início pouco depois dessa nação da África Ocidental se democratizar e se comprometer a participar de missões de manutenção de paz, diz Michael Macy, Assessor de Relações Públicas da Embaixada dos Estados Unidos em Bamako. Descrevendo uma grande variedade de atividades de envolvimento em tempo de paz no Mali, nos últimos anos, Macy diz que essa nação "continua a desenvolver instituições democráticas, e o treinamento ministrado pelos Estados Unidos tem estimulado o desempenho de um papel apropriado por parte das forças armadas do Mali na nova democracia".

Muitos acreditam que Timbuktu é um lugar mitológico, um símbolo do fim do mundo. No entanto, Timbuktu é um lugar de verdade, uma cidade no Mali, África Ocidental. É o lugar lendário onde os camelos do Deserto do Saara se encontram com as canoas que chegam pelo Rio Niger — a estrada que vem transportando o comércio da África Ocidental há pelo menos dois mil anos. É também o lugar onde elementos das forças armadas dos Estados Unidos estão, no momento, trabalhando com o povo local para melhorar os cuidados com a saúde e a educação do seu país.

O Mali é um dos países menos desenvolvidos do mundo. Sem uma saída para o mar, o sangue que vai e vem do seu coração é o Rio Niger, que divide o país. O Niger proporciona a água que sustenta o povo do Mali e alimenta a sua agricultura. Timbuktu fica na curva que marca o extremo norte do rio, onde ele se encontra com o Saara. Era lá que os grãos, peixes e ouro trazidos por barcos eram trocados pelo sal e pelas mercadorias do mundo inteiro, que eram transportados por camelos através do deserto. Esse comércio continua até hoje, quando as caravanas de sal chegam a Timbuktu para negociar com os barqueiros Bozo que trazem arroz, peixes e grãos.

Timbuktu foi a meta de difícil acesso para os exploradores europeus durante séculos, só tendo se

tornado realmente acessível durante este século. Em 1998, o general James Jamerson, subcomandante-em-chefe do Comando dos Estados Unidos para a Europa [U.S. European Command] (USEUCOM), seguiu as pegadas desses primeiros exploradores, chegando a Timbuktu. Essa visita teve como resultado a assistência militar americana para projetos humanitários e de desenvolvimento em Timbuktu.

O envolvimento do Exército dos Estados Unidos em iniciativas para ajudar o povo de Timbuktu foi o resultado direto de um relacionamento contínuo entre as forças armadas dos Estados Unidos e do Mali. Esse relacionamento teve início pouco depois dessa nação da África Ocidental se democratizar e se comprometer a participar de missões de manutenção de paz.

O exército do Mali ajudou a derrubar a ditadura de Mousa Traoure em 1991. Os oficiais que lideraram aquele golpe prometeram realizar eleições livres e justas, e cumpriram essa promessa em 1992. Quando o controle das forças armadas do Mali por autoridades civis foi estabelecido, o Exército dos Estados Unidos começou a prestar assistência. Quase imediatamente após a chegada dos militares americanos ao Mali, eles começaram a incluir projetos de desenvolvimento como parte dos seus programas de treinamento, e se prontificaram a trabalhar como voluntários para prestar assistência às comunidades que visitavam. Os primeiros

contingentes de tropas americanas no Mali foram elementos da Guarda Nacional, que conduziram dois Programas de Ação Cívica.

Uma unidade da Guarda Nacional do Exército dos Estados Unidos, do Tennessee, atendeu a "consultas" durante as quais ofereceu serviços médicos aos civis em 10 vilarejos na região de Sevaré, na área central do Mali. A equipe médica aplicou vacinas, forneceu vitaminas suplementares e prestou tratamento médico básico a todos os moradores dessas localidades. Na segunda iniciativa, elementos da Guarda Aérea Nacional do Alabama reconstruíram uma escola de educação infantil em uma base militar malinesa, na mesma região. Essa escola atendia tanto às crianças da base quanto aos filhos dos civis que viviam na área.

Malineses e americanos estão envolvidos em atividades de tempo de paz, de outras formas. Em 1993, o primeiro programa Joint Combined Exchange Training [Intercâmbio de Treinamento Conjunto Combinado] (JCET) conduzido pelas Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos, foi realizado no Mali. Desde então, os exercícios do JCET vêm sendo realizados todos os anos. Durante esse programa, o Exército Malinês participou de exercícios de infantaria ligeira e exercícios de manutenção de paz. Em 1994, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos fez uma grande doação de equipamentos ao Mali, presenteando o Ministério da Saúde com um hospital de campanha, incluindo equipamento de raios-X, camas, mesas para exames, refrigeradores e outros itens.

À medida que mais militares americanos iam se familiarizando com o Mali, eles iam manifestando interesse em incrementar os esforços para promover o desenvolvimento do país, e outro Programa de Ação Cívica foi lançado em 1995. Como parte da iniciativa, 30 membros da Guarda Nacional do Exército, de Minnesota, prestaram serviços médicos em 30 vilarejos na região de Senou, próximo à capital, Bamako. Nesse mesmo ano, a Guarda Aérea Nacional de Arkansas trabalhou em um projeto conjunto com a Força Aérea Malinesa, no qual 20 soldados americanos trabalharam lado a lado com 20 militares malineses para construir uma nova clínica na base da Força Aérea Malinesa em Senou. Esse projeto levou um mês para ser executado e estabeleceu laços ainda mais fortes entre os militares americanos e malineses. Em 1995, os Estados Unidos

também conduziram as três primeiras fases do treinamento em justiça militar para as forças armadas malinesas, sob a égide de um programa organizado pelo U.S. Defense Institute of International Legal Studies (DIILS) [Instituto Internacional de Direito Aplicado à Defesa]. Isso envolveu treinamento tanto no Mali quanto nos Estados Unidos e teve como ênfase o papel das forças armadas em uma democracia, o relacionamento entre civis e militares e métodos para ajudar o Mali a desenvolver um sistema de justiça militar.

Uma equipe médica conjunta do Exército, Força Aérea e Marinha, do quartel-general do USEUCOM em Stuttgart, Alemanha, foi ao Mali em 1996 para um exercício médico militar MEDFLAG. A equipe ministrou treinamento médico de emergência e de reação a crises às equipes médicas militares malinesas. O exercício incluiu uma dramatização de um acidente ferroviário simulado tão realista que muitas pessoas ficaram convencidas de que era real. A equipe também atendeu a consultas na área. A fase quatro do treinamento de justiça militar foi executada naquele ano, e o U.S. Department of Defense [Departamento de Defesa dos EUA] também doou dois caminhões de bombeiros à cidade de Bamako.

Houve um crescimento ainda maior do envolvimento militar no Mali em 1997, quando três exercícios de treinamento militar foram realizados: dois exercícios JCET e o primeiro exercício Flintlock, conduzido pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O programa Flintlock no Mali teve uma duração de dois meses e envolveu uma companhia de soldados malineses e uma companhia do Senegal. Havia também observadores da Guiné, Gâmbia, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Benin e Togo. O exercício incluiu um componente de desenvolvimento, a construção de uma escola em Banankoro. O projeto foi financiado, em conjunto, pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development] e pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Além disso, em 1997, a Força Aérea dos Estados Unidos providenciou o transporte para o posicionamento de 680 soldados malineses e 450 toneladas de equipamentos na Libéria, em missão de apoio à manutenção de paz. E o programa dos Estados Unidos para Financiamento Militar no Exterior [U.S. Foreign Military Financing]

forneceu US\$ 350.000 ao Mali, para o treinamento de pilotos e mecânicos para operar duas aeronaves DC3 reconcondicionadas, adquiridas de uma empresa americana pela Força Aérea Malinesa.

Todas essas atividades inspiraram o general Jameson a visitar o Mali, e ele não pode deixar de ir a Timbuktu. Sua visita resultou em uma doação dos Estados Unidos à cidade, de duas caminhonetes e dois caminhões-pipa — presentes que representam a continuidade do relacionamento de estreita cooperação entre as forças norte-americanas e os militares e civis malineses.

Em 1998, suprimentos americanos, incluindo camas, equipamento cirúrgico, material escolar e bicicletas, foram doados a Timbuktu e Kidal. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos também forneceu apoio para a reforma da escola de ensino médio de Timbuktu e uma clínica em Kidal, e para a construção de uma escola comunitária perto de Timbuktu. O trabalho está previsto para ser concluído em 2000. Esses projetos estão sendo executados por duas organizações de caridade patrocinadas pelos Estados Unidos — Africare, em Timbuktu, e CARE (Cooperative for Assistance and Relief Everywhere, Inc.) [Cooperativa para Assistência e Ajuda em Todos os Lugares], em Kidal — e são exemplos dos muitos elementos da comunidade americana que estão trabalhando em conjunto no Mali.

Também em 1998, foi iniciado o treinamento formal para a participação malinesa na Iniciativa para Reação a Crises na África [African Crisis Response Initiative] (ACRI), um programa para treinar e equipar tropas de manutenção de paz de uma série de nações africanas. A sessão inicial de treinamento foi realizada do início de fevereiro até março, e envolveu um batalhão malinês de

800 homens e aproximadamente 60 instrutores das forças Especiais dos Estados Unidos. Durante esse período, verbas americanas foram fornecidas para a construção de duas clínicas na região de Sevaré. Em novembro de 1998, os militares americanos voltaram ao Mali por um mês para dar continuidade ao treinamento, de acordo com o programa ACRI. A fase cinco do programa de treinamento em justiça militar também foi realizada nesse ano no Mali.

Todas essas atividades culminaram com a abertura do Escritório do Adido de Defesa (DAT) na Embaixada dos Estados Unidos no Mali em 1999. Espera-se que isso resulte em uma ligação ainda maior entre os Estados Unidos e o Mali. Além da abertura do escritório do DAT, houve uma série de outras atividades em 1999. O treinamento da ACRI continuou, e a Fase VI do treinamento em justiça militar foi realizado, além de um seminário sobre o papel das forças armadas em uma democracia.

No decorrer dos últimos sete anos, o Mali continuou a desenvolver instituições democráticas, e o treinamento ministrado pelos Estados Unidos tem servido de estímulo para que as forças armadas malinesas desempenhem um papel apropriado na nova democracia. O Exército Malinês continua fortalecendo suas tradições de profissionalismo, e participou de uma série de esforços de manutenção de paz em toda a África. Elementos das forças armadas dos Estados Unidos têm prestado apoio durante essas missões e têm contribuído com projetos que resultaram na melhoria dos cuidados com a saúde e da educação, além de outros benefícios para o povo de Mali. A ajuda por eles prestada realmente chegou até os confins de Timbuktu.



SEMINÁRIOS NA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL DESTACAM O IMPÉRIO DA LEI E A JUSTIÇA MILITAR

Major D.J. Riley

Em sinal de apoio ao compromisso dos Estados Unidos no sentido de ajudar as novas democracias, bem como as que estão em fase de desenvolvimento, o U.S. Defense Institute of International Legal Studies (DIILS) [Instituto Internacional de Direito Aplicado à Defesa] tem promovido seminários em 69 países para proporcionar formação profissional na área legal e treinamento para oficiais das forças armadas no exterior, bem como funcionários civis de órgãos governamentais. No artigo que se segue, o major do Corpo de Fuzileiros Navais D. J. Riley, Oficial Encarregado de Programas para Países, do DIILS, descreve os programas do instituto na Europa Central e Oriental, onde tem havido ênfase "nos tópicos que reforçam a segurança internacional e criam um clima de confiança mútua, com maior enfoque nos direitos humanos, na justiça militar, no império da lei e na subordinação das forças armadas a autoridades civis".

O coronel Ion Didoiu, diretor de treinamento do Ministério da Defesa da Romênia, estava bastante satisfeito. O tempo estava frio e chuvoso em Bucareste, o que era incomum para aquela época do ano, mas o programa conjunto de treinamento, realizado pelos Estados Unidos e pela Romênia nas duas semanas anteriores havia sido um grande sucesso. Um grupo de oficiais das forças armadas, advogados e outros especialistas do U.S. Defense Institute of International Legal Studies (DIILS) [Instituto Internacional de Direito Aplicado à Defesa], de Newport, Rhode Island, havia conduzido seminários em Bucarest e Brasov com ênfase no tema "Operações na Paz e Operações Militares Disciplinadas".

Esses programas, na Romênia, em agosto de 1999, foram o 10º e o 11º desde 1995, em uma série que poderia ser chamada de "parceria para o progresso". Os últimos seminários trataram dos aspectos legais da operações militares reais. As fases anteriores haviam lidado com tópicos que variavam desde a justiça militar até os métodos de ensino de direitos humanos. O crescimento dos relacionamentos pessoais e profissionais entre os oficiais dos Estados Unidos e da Romênia nos últimos quatro anos lembra bem o que ocorreu durante programas similares do DIILS em toda a Europa Oriental e Central desde 1993.

Originalmente fundado em 1992 com o nome de International Training Department [Departamento de Treinamento Internacional] (ITD) da Naval Justice School [Escola de Justiça Naval], em Newport, Rhode Island, o DIILS cresceu. Inicialmente ele era um escritório com uma pessoa, e atualmente possui uma

equipe de 11 membros, incluindo advogados militares de cada uma das forças armadas dos Estados Unidos. Todos os advogados da equipe têm o desejo de ajudar outros países a desenvolver o "império da lei", além de uma disposição para viajar para lugares remotos, e frequentemente desconhecidos, para cumprir essa missão. Criado para dar suporte ao comprometimento dos Estados Unidos no sentido de ajudar as novas democracias, ou democracias em fase de desenvolvimento, o ITD rapidamente se tornou muito conhecido devido ao seu sucesso ao tratar de problemas difíceis em situações difíceis.

Em outubro de 1997, o ITD passou a ser chamado DIILS para refletir, de maneira mais correta, a natureza de serviço conjunto da sua missão. A equipe permanente de 11 membros, formada por militares e civis americanos, funciona como o principal órgão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos com a função de proporcionar formação profissional na área legal e treinamento para oficiais das forças armadas e funcionários civis de órgãos governamentais de outros países, atendendo aos objetivos de segurança nacional e política externa dos Estados Unidos. Até novembro de 1999, o DIILS havia conduzido seminários em 69 países, com mais de 11.200 participantes, no mundo inteiro.

O DIILS foi reconhecido pelo secretário de Defesa dos Estados Unidos como um dos programas mais bem sucedidos sob a égide do programa Internacional Expandido de Formação e Treinamento Militar [Expanded International Military Education and Training] (E-IMET), lançado pelo Congresso em 1991.

De acordo com o Diretor Acadêmico do DIILS, Walter W. Munroe, "o [DIILS] atendeu às necessidades de um mundo que havia mudado de maneira dramática em poucos anos. O governo dos Estados Unidos tinha que estabelecer novos relacionamentos com as muitas democracias emergentes que incluíam os novos estados independentes da antiga União Soviética, os países do antigo Pacto de Varsóvia, da Europa Central e Oriental...que estavam se redefinindo. Mais particularmente, as forças armadas desses países apresentavam desafios especiais sob o ponto de vista de treinamento na área legal, incluindo: sistemas de justiça militar mal definidos, abusos dos direitos humanos e uma necessidade de redefinir as relações históricas entre as forças armadas e a população civil".

O DIILS inicia cada programa com uma viagem de avaliação ao país-parceiro, onde uma equipe de duas pessoas se reúne com funcionários da Embaixada dos Estados Unidos e membros das forças armadas, da imprensa e de organizações não-governamentais do país-parceiro, além de advogados e funcionários civis de órgãos do governo. Após a avaliação inicial, uma delegação do país-parceiro participa de uma fase de planejamento nos Estados Unidos, durante a qual os detalhes dos seminários que se seguirão são definidos. Como parte integrante do processo de planejamento, a delegação fica conhecendo os sistemas de justiça civil e militar dos Estados Unidos. Após a visita aos Estados Unidos, os seminários são marcados, no país-parceiro. Os seminários se concentram em tópicos que reforçam a segurança internacional e criam um ambiente de confiança mútua, com ênfase nos direitos humanos, na justiça militar, no império da lei e na subordinação das forças armadas a autoridades civis.

Equipes Móveis de Formação [Mobile Education Teams] (METs) conduzem os seminários no país. Um MET típico do DIILS consiste de um membro permanente da equipe, conhecido como o Gerente do Programa do País [Country Program Manager] (CPM), e três instrutores adjuntos que são advogados militares ou são especializados no tópico do seminário. Os instrutores adjuntos são selecionados entre oficiais da ativa ou da reserva das forças armadas e também no meio civil. Os instrutores adjuntos geralmente são oficiais superiores das forças armadas ou funcionários civis de alto nível, como juízes, professores universitários ou consultores jurídicos especializados.

Quando possível, os membros do MET têm proficiência na língua do país-parceiro, e sua seleção é baseada na sua capacidade de desenvolver e manter relacionamentos profissionais.

Desde 1993, o DIILS já trabalhou com 18 países da Europa Oriental e Central, no desenvolvimento de mais de 100 programas. A maior parte desses contatos ocorreram como visitas subsequentes, após os seminários iniciais. O DIILS tem voltado, anualmente, a muitos dos países, para conduzir seminários, que vão se tornando cada vez mais sofisticados à medida que os programas evoluem. Na Hungria, por exemplo, os seminários se concentravam, principalmente, em justiça militar, nos primeiros anos. No entanto, surgiu a necessidade de tratar do conceito dos Acordos Sobre o Status das Forças [Status of Forces Agreements] (SOFÁs) porque a Hungria estava participando do Programa Parceria para a Paz [Partnership for Peace



Equipe do DIILS em uma conferência em Brasov, Romênia. Da esquerda para a direita: major Thomas Murrey, da Força Aérea dos Estados Unidos, do Departamento Jurídico do Comando dos Estados Unidos na Europa; major D. J. Riley, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, gerente do programa DIILS no país; professor Jerry Dillon da Escola de Comando e Estado Maior da Marinha dos Estados Unidos [Naval War College]; coronel Ion Didoiu, ministro da Defesa da Romênia; major Jeffrey Palmer, da Força Aérea dos Estados Unidos, vice-diretor do Departamento Jurídico da Base Aérea de Vandenberg, na Califórnia, e o comandante Shackley Raffetto, da reserva da Marinha dos Estados Unidos, que atualmente exerce a função de juiz da comarca de Maui, Havai.

Program] antes de ser admitida pela OTAN. O seminário mais recente na Hungria — "Legal Aspects of Military and Media Relations" [Aspectos Legais das Relações Entre as Forças Armadas e a Mídia] — se relacionava às questões que surgiram durante os recentes eventos em Kosovo, e à necessidade das forças armadas da Hungria de trabalhar de maneira eficaz com a imprensa. Na verdade, o DIILS desenvolveu o seminário em conjunto com a Embaixada dos Estados Unidos em Budapeste, atendendo a pedidos do governo húngaro. O DIILS tem condições de atender aos requisitos das várias nações da Europa Oriental e Central que têm muito conhecimento e sofisticação em certas áreas, mas não dispõem da infra-estrutura ou das instituições necessárias para desenvolver os seus próprios programas.

Além de realizar seminários, o DIILS também tem prestado assistência a várias nações que estão tentando desenvolver uma legislação militar. Desde 1995, o DIILS vem trabalhando em estreita colaboração com advogados militares na Albânia para desenvolver uma legislação militar que reflita as mudanças no governo do país, bem como a maior abertura do próprio país em relação ao resto do mundo. Uma delegação da Albânia deverá se deslocar para Newport no início do próximo ano para concluir o projeto.

Embora os Estados Unidos sejam a mais antiga democracia contínua do mundo, eles estão entre as mais jovens culturas do mundo. Levando isso em consideração, os METs do DIILS tentam criar seminários que criem a oportunidade de diálogos, em vez de monólogos, sobre as idéias referentes ao sistema jurídico dos Estados Unidos, sobre o controle das forças armadas por autoridades civis e sobre o império da lei. Representando uma democracia que teve que aprender muitas lições difíceis, por seus próprios meios, as equipes oferecem as lições aprendidas no decorrer de 200 anos de história dos Estados Unidos, frequentemente reconhecendo que houve erros durante essa jornada. Além disso, os instrutores sabem muito bem que o que deu certo para os Estados Unidos pode não dar certo em todos os países. Na verdade, a troca de idéias durante esses seminários forçou alguns membros da equipe do DIILS a reexaminar a maneira pela qual eles próprios viam os sistemas jurídicos nos Estados Unidos.

Em última análise, esses seminários são um excelente espaço para o tipo de troca de idéias que resulta em uma compreensão mútua entre as nações e ajuda a criar um ambiente de confiança de parte a parte. Uma das formas pelas quais os debates são estimulados é através do uso de problemas de discussão em que a equipe pede aos participantes do seminário que resolvam um problema e responda a perguntas usando a legislação ou procedimentos do seu país. Os participantes são divididos em grupos que desenvolvem perguntas, separadamente. Mais tarde, durante um período de "debriefing", cada grupo apresenta as suas soluções. Dessa forma, idéias diferentes sobre direito e democracia são discutidas pelos participantes e membros da equipe do DIILS. Como resultado desses exercícios de resolução de problemas de discussão, todos os participantes e membros da equipe do DIILS passam a compreender melhor os conceitos do império da lei e do controle das forças armadas por autoridades civis.

Os METs do DIILS já viajaram a países da Europa Central e Oriental, incluindo a Albânia, a Bielo Rússia, a Bósnia, a Bulgária, a Croácia, a República Tcheca, a Estônia, a Geórgia, a Hungria, a Letônia, a Lituânia, a ex-República Iugoslávia da Macedônia, a Moldova, a Polônia, a Romênia, a Rússia, a Eslováquia e a Ucrânia. Durante o ano 2000, várias outras nações da região demonstraram interesse nos seminários. O DIILS está pronto a ajudar qualquer país da região a desenvolver programas para expandir os alicerces do império da lei. O instituto reconhece que esses programas criam um ambiente de confiança mútua, o que, por sua vez, resulta em paz e segurança no nível internacional.

Naquela noite chuvosa na Romênia, o coronel Didoiu disse uma coisa que eu já ouvi em muitos outros países: "Bem, agora podemos fazer planos para um seminário no ano que vem". Mais uma vez, relacionamentos importantes haviam sido mantidos, tinha havido progresso quanto aos objetivos de política externa dos Estados Unidos, e uma democracia em desenvolvimento havia recebido assistência devido aos esforços de uma organização que se orgulha em fazer uma diferença em um mundo que está passando por mudanças. ●

SIMPÓSIO SOBRE A SEGURANÇA NO LESTE DA ÁSIA: ESTIMULANDO A CONFIANÇA NO NÍVEL REGIONAL

John E. Lundin



O Simpósio (anual) Sobre a Segurança no Leste da Ásia, um programa intensivo para autoridades das áreas de segurança e defesa na região da Ásia e do Pacífico, oferece aos seus participantes a oportunidade de compartilhar perspectivas importantes para as suas nações, diz John E. Lundin, assessor sênior dos Estados Unidos para o programa. O simpósio, que tem duração de três semanas, e é promovido pelo Comando dos Estados Unidos para o Pacífico (U.S. Pacific Command) [USPACOM] e pelo Departamento de Estado, tem início no Havaí e em seguida continua em duas ou três nações da Ásia. A iniciativa tem como objetivo "identificar questões emergentes na segurança regional e áreas para futura cooperação entre as nações da região", diz Lundin, assessor de Diplomacia Pública do USPACOM.

Em um belo dia no Havaí, em maio de 1999, 21 oficiais das forças armadas e especialistas em segurança de 16 nações da região da Ásia e do Pacífico e dos Estados Unidos se reuniram em Honolulu, na ilha de Oahu, cujo apelido é "local de reunião", para participar do Simpósio Sobre a Segurança no Leste da Ásia. Este programa anual de três semanas, promovido, em conjunto, pelo comandante-em-chefe do Comando dos Estados Unidos para o Pacífico (USPACOM) e pelo Departamento de Estado dos EUA, tem início no Havaí e em seguida continua em duas ou três nações da Ásia. Sendo um excelente exemplo de envolvimento militar em tempo de paz, o simpósio é uma das muitas maneiras pelas quais o USPACOM trabalha com o objetivo - característico de tempo de paz - de diminuir a probabilidade da ocorrência de conflitos e crises.

Três semanas após a primeira reunião no Havaí, os 21 participantes se reuniram novamente no convés da nau-capitânea da Sétima Frota dos Estados Unidos, o USS Blue Ridge, em Yokosuka, Japão, onde foi feita uma foto para a posteridade, com os seus anfitriões da Marinha. Eles haviam compartilhado muitas experiências em comum enquanto viajavam em grupo, tomando as refeições juntos, participando de muitas apresentações e visitando instalações militares durante o programa. No entanto, o mais importante é que tinha havido um verdadeiro diálogo entre eles.

As 17 nações representadas eram: China, República da

Coréia, Mongólia, Japão, Filipinas, Cingapura, Tonga, Papua Nova Guiné, Malásia, Tailândia, Laos, Austrália, Nova Zelândia, Sri Lanka, Índia, Bangladesh e Estados Unidos. Cada participante trouxe ao simpósio a percepção do seu próprio país a respeito das questões de segurança na região. E todos eles partiram, não apenas com uma melhor compreensão da presença militar dos Estados Unidos na região da Ásia e do Pacífico, mas também uma percepção mais ampla das questões de segurança, sob o ponto de vista regional, e uma melhor compreensão das preocupações que os seus vizinhos da Ásia e do Pacífico têm, em relação à segurança.

No início do simpósio, todos os oficiais das forças armadas e especialistas civis em segurança apresentaram "relatórios dos países" nos quais eles compartilharam as preocupações das suas nações quanto à segurança. A informalidade e a hospitalidade do Havaí proporcionaram o ambiente perfeito para ajudar os participantes a se comunicarem entre si e iniciarem diálogos francos e estimulantes. No decorrer do simpósio, que teve continuidade na República da Coréia e no Japão, após a sessão de abertura no Havaí, os participantes examinaram a segurança pela perspectiva da República da Coréia, do Japão e dos Estados Unidos, e também sob o ponto de vista dos outros países representados pelos participantes. Eles exploraram as inter-relações dos fatores econômicos, políticos, sociais e ambientais, além das ameaças tradicionais e não-tradicionais. Eles ouviram as opiniões



Participantes da operação SEAS 99 aparecem com os seus anfitriões da Marinha no convés do USS Blue Ridge, na Base Naval de Yokosuka, no Japão.

dos Estados Unidos e dos países anfitriões a respeito da presença dos Estados Unidos na região e viram, em primeira mão, o posicionamento avançado das forças dos Estados Unidos no Pacífico.

Como resultado do simpósio, os participantes formaram mais um importante elo que se alonga por sobre o vasto Pacífico e as ilhas e continentes da Ásia: Eles se tornaram parte de uma rede de indivíduos encarregados de elaborar políticas de segurança, que se conhecem, e que são capazes de se consultar em tempos de paz e em tempos de crise. Embora os participantes certamente não tenham chegado ao fim do programa concordando 100% uns com os outros sobre todas as questões, eles iniciaram um diálogo que continuaria por muito tempo após o seu retorno aos países de origem.

O Simpósio Sobre a Segurança no Leste da Ásia, que frequentemente é chamado de SEAS, foi realizado pela primeira vez em 1986, com 17 participantes de nove países, incluindo os Estados Unidos. Durante os últimos 14 anos, 19 países e 28 participantes chegaram a estar presentes no simpósio anual. Até o momento, o SEAS tem, como ex-participantes, um total de 292 profissionais em 24 nações da região da Ásia e do Pacífico. O programa intensivo de três semanas tem como público-alvo os profissionais de segurança e defesa da Ásia e do Pacífico, tanto militares quanto civis, que ocupam — ou ocuparão — posições em que se elaboram políticas. Os Estados Unidos, a República da Coreia e o Japão — e geralmente um quarto país — estão incluídos na agenda do programa. Até agora, frequentemente, Cingapura tem sido a nação anfitriã da quarta etapa. O programa dá aos participantes a oportunidade de visitar a DMZ (zona desmilitarizada),

na Península da Coreia, e de ver, pessoalmente, o posicionamento avançado das forças dos Estados Unidos na República da Coreia e do Japão; portanto eles têm a oportunidade de presenciar o comprometimento e o poderio dos Estados Unidos na região. Outro item igualmente importante durante essas visitas é a oportunidade de consultar autoridades de defesa das nações anfitriãs e representantes dos seus ministérios das relações exteriores, e estabelecer um diálogo com representantes de consultorias de segurança nas nações anfitriãs.

Por uma questão de coerência com o desejo de estimular o diálogo franco e aberto, o programa é realizado de maneira informal, e não há registro oficial das sessões. Os participantes não usam uniformes e o protocolo é o mínimo possível. O grupo de 1999 incluiu altos funcionários em nível ministerial na área de defesa, que, durante todo o processo, foram recebidos nos aeroportos por funcionários - também de alto nível - das embaixadas e dos consulados. Mas o ambiente de coleguismo foi tão grande que esses altos funcionários optaram por ficar com os demais membros do grupo e transitar com eles nos ônibus que foram fornecidos, em vez de usar os automóveis das embaixadas que haviam sido oferecidos para seu uso exclusivo.

A agenda do simpósio de 1999 ilustra as importantes e variadas atividades que o programa SEAS envolve. No Havaí, o simpósio começou com apresentações conduzidas por comandantes de alto nível, no quartel-general do comandante-em-chefe do USPACOM, e nos quartéis-generais dos comandos componentes — Exército, Marinha, Força Aérea e Corpo de Fuzileiros

Navais. Os participantes também visitaram navios em Pearl Harbor e assistiram a demonstrações na Baía de Kaneohe. Entre os aspectos importantes do programa, destacam-se mesas-redondas sobre as questões regionais de segurança no Ásia-Pacific Center for Security Studies [Centro de Estudos de Segurança da Região da Ásia e do Pacífico] em Honolulu, e uma sessão especial sobre questões tradicionais e não-tradicionais de segurança, apresentada por James Kelly, presidente do Pacific Forum CSIS (Center for Strategic and International Studies) [Fórum do Pacífico, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais] e pelo almirante da reserva da Marinha Eric McVadon.

Tendo em vista a diminuição da importância das fronteiras políticas tradicionais e o impacto da globalização, a exploração, no início do simpósio, das abrangentes questões que afetam o planejamento de segurança de uma nação — especialmente as questões como as preocupações com o meio ambiente e com os problemas humanitários — foi particularmente útil na preparação do terreno para os debates posteriores. Mas nem tudo no simpósio foi trabalho, e os participantes compareceram a várias funções sociais, incluindo um luau ou banquete havaiano, para conhecer as tradições culturais exclusivas do Havai.

A viagem à República da Coreia sempre é um dos principais eventos no simpósio. Recebidos por representantes da República da Coreia e dos Estados Unidos, os membros do simpósio visitaram bases militares, escritórios de consultoria e a DMZ, com paradas em Panmunjom e em um túnel de infiltração que havia sido aberto sob a DMZ pelos norte-coreanos. A DMZ, altamente fortificada, sempre evidencia a realidade das tensões existentes na Península Coreana e os horrores em potencial de um conflito, coisas que freqüentemente não são inteiramente compreendidas nas partes mais distantes da região da Ásia e do Pacífico. Durante as mesas-redondas em Seul, no Institute of Foreign Affairs and National Security [Instituto de Relações Exteriores e Segurança Nacional], e no Korea Institute for Defense Analyses [Instituto de Análises de Defesa da Coreia], a composição multinacional do simpósio proporcionou perspectivas diferentes e debates muito úteis, tanto para os participantes quanto para os seus anfitriões coreanos.

A etapa final do simpósio de SEAS de 1999 foi a visita ao Japão, cuja aliança de segurança com os Estados Unidos ainda é crucial para a estabilidade da região. Tanto no Japão quanto na República da Coreia, os membros do simpósio se reuniram com os embaixadores dos Estados Unidos para uma análise das



Oficiais do exército da Coreia do Sul conduzem participantes da operação SEAS 99 em uma visita a Ponte da Liberdade [Freedom Bridge], em Imjingak, Coreia do Sul.

relações de segurança dos Estados Unidos com os dois países, e das perspectivas dos Estados Unidos no que se refere às questões regionais. Um ponto alto da participação do grupo foi uma apresentação e um almoço a bordo do USS Blue Ridge, a nau-capitânea da Sétima Frota dos Estados Unidos, onde eles aprenderam mais a respeito da função das forças americanas, posicionadas em pontos avançados, na manutenção da paz e da estabilidade na região. Os esforços do Japão para construir uma região mais estável tiveram destaque nos debates realizados no Japan Institute of International Affairs [Instituto de Assuntos Internacionais do Japão] (JIIA) com representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Agência de Defesa do Japão, e do JIIA. No National Institute for Defense Studies [Instituto Nacional de Estudos de Defesa], os principais assuntos dos debates foram a Península Coreana e as implicações para o Japão.

Um dos pontos principais do simpósio de 1999 foi um Jogo de Tomada de Decisões em Cooperação, do qual os representantes participaram quando estavam no Japão. Eles foram divididos em equipes. Uma crise

hipotética foi apresentada a eles. Essa crise envolvia as nações da região em uma situação que exigia a cooperação internacional para ser resolvida. A extensão do envolvimento dos participantes no processo de resolução de problemas, a sua abordagem conscienciosa e as suas idéias, impressionaram todos os coordenadores, especialmente a equipe da Divisão de Jogos e Simulação do USPACOM, que conduziu o exercício.

O Simpósio Sobre a Segurança no Leste da Ásia é um exemplo de como o USPACOM procura diminuir o potencial da ocorrência de conflitos e crises. Através deste e de outros programas de envolvimento, incluindo aqueles do Ásia-Pacific Center for Security Studies [Centro de Estudos de Segurança da Região da Ásia e do Pacífico], o comando está trabalhando para identificar questões emergentes na segurança nacional, e áreas para futura cooperação entre as nações da região. Se iniciativas como o SEAS puderem ajudar a fortalecer a confiança e a segurança entre as nações, a comunidade da Ásia e do Pacífico só poderá se beneficiar e prosperar.



EXERCÍCIO BRIGHT STAR [ESTRELA BRILHANTE] NO EGITO MELHORA A PRONTIDÃO ENTRE AS FORÇAS DA COALIZÃO

Capitão Paula Jones



O exercício multinacional de treinamento Estrela Brilhante — o maior desse tipo no mundo — "melhora a estabilidade regional e proporciona oportunidades para melhoria na cooperação militar entre o Egito, os Estados Unidos e outros países da coalizão com interesses mútuos", diz a capitã do Exército dos Estados Unidos Paula Jones. Estrela Brilhante 99/00, organizado pelo U.S. Central Command [Comando Central dos Estados Unidos], inclui um exercício de posto de comando auxiliado por computador, conduzido em conjunto com um exercício de campo envolvendo forças táticas aéreas, terrestres e navais e forças de operações especiais. A força combinada da coalizão compreende mais de 70.000 soldados e inclui participantes de 11 países: Egito, França, Alemanha, Grécia, Itália, Jordânia, Kuwait, Holanda, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos, diz Jones, assessora de imprensa do exercício Bright Star 99/00

A história do Estrela Brilhante é muito rica e significativa. Depois que o Egito assinou os Acordos de Camp Davi em 1978, membros das Forças Armadas dos Estados Unidos começaram a treinar lado a lado com seus correspondentes militares egípcios no deserto egípcio. Esse treinamento de pequenas unidades evoluiu, tornando-se um exercício anual de verão conhecido como Estrela Brilhante. Ele começou no verão de 1980 como uma manobra bilateral de terra, de uma única força. Inicialmente somente forças terrestres dos exércitos dos Estados Unidos e do Egito participaram do treinamento. Estrela Brilhante em 1981 foi um exercício bilateral de terra, de uma única força, semelhante ao anterior, embora o número de elementos participantes tenha aumentado consideravelmente. Devido ao número cada vez maior de soldados participantes e às exigências sob o ponto de vista logístico, Estrela Brilhante se tornou um evento bienal a partir de 1983.

Em 1985, os Estados Unidos e o Egito acrescentaram a força aérea para complementar as forças terrestres no Estrela Brilhante, e forças especiais e navais de ambos os países começaram a participar do evento em 1987. A partir de 1989, Estrela Brilhante passou a ser realizado no outono em vez do verão, para ser incluído no exercício que começa em 1o de outubro. Em 1991, as forças dos Estados Unidos foram enviadas para a região do Golfo Pérsico, para a Guerra do Golfo, e como

resultado, o Estrela Brilhante não foi realizado em 1992. No entanto, o exercício voltou a ser conduzido em 1994 e foi mais longo e melhor do que em todas as ocasiões anteriores. Estrela Brilhante de 1996 foi o primeiro evento em que países além dos Estados Unidos e o Egito participaram do exercício. Os novos participantes naquele ano incluíram a França, o Reino Unido, a Alemanha, os Emirados Árabes Unidos, e, em 1998, o Kuwait passou a fazer parte das nações que participam do exercício.

Estrela Brilhante 99/00 — o décimo primeiro da série e o mais significativo — está preparando terreno para futuras e ambiciosas operações da coalizão. A coalizão cresceu com o acréscimo da Holanda, Itália, Grécia e Jordânia, e agora inclui as forças armadas de 11 nações e mais de 70.000 militares. Trinta e três países observadores também estão representados. Embora esses países não tenham tropas que, de fato, estejam participando do exercício, todos eles têm representantes no local, para aprender e observar como a coalizão opera. Os países com o status de observadores são: Argélia, Austrália, Bahrain, Bélgica, Burundi, Canadá, China, Congo, Índia, Casaquistão, Quênia, Quirguistão, Marrocos, Nigéria, Oman, Paquistão, Polônia, Qatar, Romênia, Rússia, Ruanda, Arábia Saudita, África do Sul, Espanha, Síria, Tanzânia, Tunísia, Turquia, Uganda, Ucrânia, Uzbequistão, Iêmen e Zimbábue.



Avião de reabastecimento KC-130 em voo, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, baseado em Fort Worth, Texas, sobrevoa as grandes pirâmides de Gize, no Egito, durante a Operação Estrela Brilhante 99/00 [Bright Star 99/00] em 25 de outubro de 1999.

Estrela Brilhante consiste de três segmentos principais: treinamento de afiliação, um exercício de posto de comando auxiliado por computador e um exercício de treinamento de campo. O treinamento de afiliação inclui o treinamento de pequenas unidades para familiarizar os participantes com o equipamento, as táticas e os procedimentos de treinamento em preparação para o exercício de treinamento de campo. O exercício de treinamento de posto de comando auxiliado por computador tem como objetivo testar os procedimentos padrão de operação de comando e controle da liderança da coalizão no nível operacional de guerra. O exercício de treinamento de campo tem como objetivo praticar a coordenação do estado-maior da coalizão com as tropas. A ênfase do treinamento deste ano é na melhoria da prontidão e da interoperabilidade entre as forças dos Estados Unidos, do Egito e de outros países da coalizão.

Há vários eventos de exercícios de treinamento durante o Estrela Brilhante, e o maior evento conjunto da coalizão é a Demonstração de Ataque Anfíbio. Em outubro de 1999, seis unidades anfíbias do Egito, Grécia, Itália, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos participaram da demonstração, formando a Força-Tarefa Anfíbia Combinada, comandada pelo comodoro Niall Kilgour, da Marinha Real Britânica. Essas unidades receberam apoio de elementos de superfície e aéreos de cinco outras nações.

As forças da coalizão treinaram em conjunto por pouco mais de uma semana, para conduzir essa demonstração de precisão por unidades marítimas aéreas e terrestres. O evento começou com o lançamento de uma embarcação inflável de ataque, de unidades anfíbias, no mar, enquanto F-16 egípcios sobrevoavam a área, interceptando aeronaves Mirage 2000 da França, que

estavam representando intrusos hostis. As forças iniciaram o seu desembarque na praia, com "rangers" egípcios, forças navais de operações especiais da Marinha Egípcia e tropas da força de desembarque do Reino Unido e da Holanda chegando primeiro à praia para uma missão de reconhecimento, inteligência, vigilância e aquisição de alvos. Após o desembarque, foi fornecido apoio aéreo aproximado, com aeronaves Harrier da 22nd MEU (SOC) (Unidade Expedicionária de Fuzileiros, Habilitada para Operações Especiais)) [Marine Expeditionary Unit, Special Operations Capable], do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, do navio USS BATAAN. Em seguida foram conduzidas patrulhas aéreas com um par de helicópteros AH-1W (Huey) Cobra que foram enviados pela 22nd MEU (SOC), seguidos de um helicóptero Gazelle Light Observation (helicóptero leve de observação) e um helicóptero Lynx equipado com mísseis TOW, da força aérea conjunta do Reino Unido e da Holanda.

Chegou a hora de preparar as defesas. Fuzileiros navais britânicos e holandeses foram trazidos por helicópteros da Real Força Aérea e da Marinha Britânicas, e o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (USMC) trouxe um pelotão de fuzileiros da 22nd MEU (SOC), a bordo de helicópteros CH-46 Sea Knights. Os esforços da coalizão estavam a pleno vapor quando um pelotão aerotransportado egípcio foi trazido por um helicóptero CH-53 Sea Stallion do USMC. Finalmente, soldados italianos do Batalhão San Marco e fuzileiros navais gregos foram trazidos a bordo de helicópteros Agusta 212, italianos. Em seguida foi feito um ataque de superfície, com barcos infláveis, de ataque, americanos, e barcos rígidos, de ataque, do Reino Unido, que traziam forças gregas, italianas, britânicas e americanas, do mar. Essas forças foram seguidas por um pelotão de tropas aerotransportadas egípcias que chegaram à praia a bordo de um par de veículos de desembarque britânicos [British Landing Craft Vehicles] do porta-helicópteros HMS OCEAN.

Quando a praia e as áreas próximas estavam sob controle, um grupo de veículos anfíbios de ataque [Amphibious Assault Vehicles] (AAVs) americanos e egípcios chegou à área. Quando a demonstração já estava quase chegando ao fim, vários veículos de desembarque de colchões de ar [Landing Craft Air

Cushions] (LCACs) da Marinha dos Estados Unidos abriram caminho no mar, espalhando vastas colunas d'água. Os LCACs pairaram até a praia em meio a uma nuvem de areia e revelaram estar trazendo tanques egípcios M-60A3 [Main Battle Tanks] prontos para desembarcar na praia. Finalmente um tanque Abrams M-1A1, do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, completou o posicionamento inicial das forças de combate no ataque.

Durante uma entrevista coletiva, na conclusão da demonstração habilmente coordenada, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Cohen, disse: "O que vocês viram hoje representa uma atitude firme, um conjunto de nações, dos Estados Unidos ao Egito, da Jordânia ao Kuwait e aos Emirados Árabes Unidos. Essas nações estão trazendo a prosperidade para os seus povos, em vez de palácios para os seus exércitos".

"Um país que não está sendo representado aqui, hoje", Cohen declarou, "deve prestar bastante atenção ao que Estrela Brilhante representa....Saddam Hussein continua sendo um fora-da-lei na sua própria vizinhança".

Estrela Brilhante tem como objetivo ajudar a formação de coalizões. O exercício se destina a unir uma coalizão de forçar armadas e criar um ambiente para melhor compreensão, amizade e cooperação por meio de exercícios de treinamento em cenários realistas, um exercício de posto de comando auxiliado por computador e um treinamento aprofundado de afiliação, para familiarizar as forças da coalizão com o pessoal, equipamentos e táticas, das nações participantes. Além disso, o exercício aumenta a estabilidade na região e proporciona oportunidades para aperfeiçoar a cooperação na área militar entre o Egito, os Estados Unidos e outros países da coalizão que possuem interesses mútuos. Finalmente, Estrela Brilhante proporciona às forças armadas, em todos os níveis, oportunidades únicas de fortalecer os relacionamentos e amizades na área militar e de adquirir experiência, por meio do treinamento, com seus correspondentes da coalizão. O exercício também aumenta a conscientização e o respeito pelas culturas, costumes e procedimentos militares profissionais da nação hospedeira e das nações da coalizão. ©

AS MISSÕES DA GUARDA COSTEIRA DOS ESTADOS UNIDOS EM TEMPO DE PAZ TÊM ALCANCE MUNDIAL

Daniel Wartko



O alcance cada vez mais global do envolvimento da Guarda Costeira dos Estados Unidos em missões de paz tem levado a organização do Ártico aos trópicos, do Caribe ao Mar de Bering, e à Europa., África e Ásia. No artigo que se segue, Daniel Wartko, especialista em política internacional do gabinete do comandante da Guarda Costeira, comenta as abrangentes atividades internacionais da Guarda Costeira e a maneira pela qual ela trabalha em conjunto com outras nações para evitar conflitos, promover a democracia, fortalecer a estabilidade regional e contribuir para a prosperidade econômica. Wartko descreve os programas da Guarda Costeira para ajudar o Haiti a desenvolver a sua própria guarda costeira, ajudar as nações do Mar Negro a desenvolver normas marítimas e estimular o diálogo com nações do Oriente Médio sobre a cooperação em operações de busca e salvamento, e outras questões de segurança marítima.

Desde a sua fundação com o nome de Revenue Cutter Service [Serviço de Barcos para a Fiscalização de Receita] em 1790, a Guarda Costeira vem promovendo a segurança dos Estados Unidos com a sua exclusiva combinação de atribuições em missões humanitárias, de cumprimento da lei na área civil, diplomática e militar. A Guarda Costeira é um serviço militar, marítimo, de múltiplas missões, que se reporta ao Departamento e Transportes, e é uma das cinco Forças Armadas dos Estados Unidos.

A característica exclusiva, civil/militar, da Guarda Costeira, lhe permite trabalhar de maneira eficaz com uma grande variedade de organizações internacionais e governos estrangeiros. Com missões militares, de segurança e humanitárias, a Guarda Costeira está apta a desenvolver esforços para a prevenção de conflitos no mundo inteiro, e é um valioso recurso à disposição dos elementos encarregados de elaborar a política externa e a política de segurança nacional dos Estados Unidos.

Os envolvimento internacionais da Guarda Costeira promovem a democracia, estabelecem um clima de confiança e amizade entre antigos adversários e contribuem para a prosperidade econômica. Mais de 40 das 70 forças navais do mundo são, na prática, guardas costeiras. Portanto, nossas forças e missões se parecem muito com as das marinhas de muitas das nações hospedeiras. Isso nos permite interagir com um número

maior e mais diverso de organizações governamentais estrangeiras.

A Guarda Costeira coordena, cuidadosamente, os seus esforços internacionais, para garantir que os seus limitados recursos sejam utilizados, da melhor maneira possível, para atingir os objetivos de política externa e segurança nacional dos Estados Unidos. É dentro dessa estrutura que a Guarda Costeira opera no exterior e se envolve internacionalmente para defender os interesses dos Estados Unidos e executar missões de Guarda Costeira. Os planos são integrados com as demais forças armadas por meio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos comandantes-em-chefe (CINCs) regionais. Os esforços da Guarda Costeira em termos de apoio aos CINCs são integrados aos seus respectivos Planos de Envolvimento nos Teatros.

A Guarda Costeira colabora com nações no mundo inteiro em uma série de missões de paz, incluindo esforços para salvar vidas e bens materiais no mar, interceptar drogas ilegais, ajudar as vítimas de inundações e tempestades, proteger o meio ambiente marinho, proporcionar um sistema de transporte marítimo seguro e eficiente, assegurar o cumprimento de leis e tratados e defender fronteiras marítimas. Apresentamos a seguir os pontos principais de alguns desses esforços:

O CÓDIGO DE SERVIÇO MARÍTIMO MODELO — UM PADRÃO COMUM PARA GUARDAS COSTEIRAS

Em 1994, a Guarda Costeira desenvolveu o Código de Serviço Marítimo Modelo [Model Maritime Service Code] (MMSC) como um padrão para as nações que desejam criar ou aperfeiçoar seus serviços marítimos. Muitos países solicitam treinamento ou equipamento da Guarda Costeira para ajudá-los a tratar dos seus problemas marítimos. No entanto, muitos desses países não possuem uma estrutura legal adequada para as suas forças armadas. Por exemplo, alguns países estavam solicitando treinamento em procedimentos de abordagem, na área de segurança marítima, embora não possuíssem autoridade legal para conduzir essas atividades. A Guarda Costeira percebeu que sem uma infra-estrutura legal adequada, o treinamento e a ajuda material não produziram benefícios duradouros.

O MMSC contém uma legislação básica genérica, que usa, como modelo, a autoridade da Guarda Costeira dos Estados Unidos. Ele descreve a autoridade legal fundamental de que uma força marítima precisa para funcionar com eficácia como força armada, órgão de segurança e órgão fiscalizador, e orienta as nações para que elas baseiem suas leis nas normas internacionais existentes. Promovendo uma norma comum de serviço marítimo no mundo inteiro, a Guarda Costeira ajuda a reduzir as chances de conflito entre nações vizinhas. Ela também promove a colaboração entre as organizações marítimas, desenvolvendo organizações com mandados e jurisdições similares.

Por exemplo, a Guarda Costeira proporcionou assistência relacionada ao MMSC às nações do Mar Negro, em uma tentativa de encorajá-las a desenvolver normas marítimas compatíveis. Representantes da Bulgária, Romênia, Ucrânia e Geórgia participaram de seminários do MMSC durante os quais eles puderam desenvolver conexões pessoais enquanto discutiam desafios em comum. Até dezembro de 1999, a Guarda Costeira trabalhou com oito países para ajudá-los a implementar os padrões do MMSC para seu próprio uso.

CRIANDO UM CLIMA DE CONFIANÇA NO ORIENTE MÉDIO

Desde 1997, a Guarda Costeira, o principal órgão do governo americano em operações de busca e salvamento no mar, vem prestigiando um evento anual, o Middle East Maritime Safety Colloquium [Colóquio de Segurança Marítima do Oriente Médio] (MARSAF). O principal objetivo do MARSAF é envolver as nações do Oriente Médio em discussões relacionadas à cooperação na área de busca e salvamento e outras questões de segurança marítima. Como um esforço para o estabelecimento de um clima de confiança e



A Guarda Costeira dos Estados Unidos resgata imigrantes haitianos em 1994.

segurança, este colóquio estimula a cooperação em uma questão que tem um apelo internacional — o salvamento de vidas no mar — e prepara o terreno para a cooperação no futuro.

Em novembro de 1999, a Real Marinha Jordânica foi a anfitriã do MARSAF, do qual participaram Bahrain, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Mauritânia, o Marrocos, Oman, a Autoridade Palestina e Qatar. O MARSAF tem ajudado a Jordânia e Israel a coordenar seus esforços de cooperação na área de busca e salvamento; além disso o colóquio resultou na criação de um Centro (conjunto) de Coordenação de Salvamento Israel-Jordânia [Israel-Jordan Rescue Coordination Center] (RCC) localizado na fronteira entre as duas nações. O RCC é o centro de comunicações para todos os esforços de busca e salvamento na região.

Encorajando outros tipos de cooperação — por exemplo, o desenvolvimento de um sistema regional de gerenciamento costeiro — os Estados Unidos esperam criar laços que ajudarão a combater o potencial para conflitos futuros entre parceiros regionais. O apoio em uma área, como busca e salvamento, leva diretamente à cooperação em outras, incluindo a proteção do meio ambiente e serviços de navegação para navios. Os organizadores do MARSAF esperam expandir essa cooperação existente para aperfeiçoar a proteção ao meio ambiente marinho e a segurança marítima no Oriente Médio — seja no Mediterrâneo, no Mar Vermelho ou no Golfo Pérsico. A Guarda Costeira está preparada para continuar apoiando o MARSAF no momento em que ele se expande, abrangendo áreas



A tripulação de um helicóptero da Guarda Costeira dos Estados Unidos pratica operações com guincho, em conjunto com a operação do barco Marie C. Jeune da Guarda Costeira do Haiti.

como a navegação comercial em desacordo com os padrões vigentes e questões de segurança, incluindo a pirataria.

O DESENVOLVIMENTO DA GUARDA COSTEIRA DO HAITI

Após a intervenção internacional no Haiti, que ajudou a restaurar o governo eleito em 1994, foi solicitado à Guarda Costeira que ajudasse o Haiti a desenvolver a Guarda Costeira do Haiti como parte da Polícia Nacional do país. A instabilidade política no país teve

muitas causas e os seus efeitos foram sentidos em toda a região, com a fuga de milhares de refugiados para outras nações do Caribe. Mas o povo haitiano foi o que sofreu com maior intensidade, como resultado do colapso das instituições governamentais, da falta de controle das forças armadas haitianas por autoridades civis e de uma pobreza devastadora.

Prestando uma assistência no desenvolvimento da Guarda Costeira do Haiti, os Estados Unidos se esforçaram para desenvolver um órgão governamental atuante, controlado por autoridades civis, que pudesse tratar dos problemas marítimos enfrentados pelo Haiti. Trabalhando em conjunto com a Guarda Costeira do Canadá, a Guarda Costeira dos Estados Unidos proporcionou treinamento e ajuda material à Guarda Costeira do Haiti. A Guarda Costeira dos Estados Unidos ministra treinamento básico e intermediário, que têm como ênfase a manutenção de uma força marítima de múltiplas missões; o sucesso da Guarda Costeira do Haiti, a longo prazo, exige o desenvolvimento de um quadro administrativo de nível intermediário. A Guarda Costeira dos Estados Unidos treina o pessoal da Guarda Costeira do Haiti em escolas nos Estados Unidos, hospeda oficiais da Guarda Costeira do Haiti como observadores a bordo de barcos da Guarda Costeira dos Estados Unidos e ministra treinamento prático que eles podem utilizar ao retornar ao Haiti. Além disso, os Estados Unidos têm fornecido, à Guarda Costeira do Haiti, barcos-patrolha e outros equipamentos e instalações necessários para o cumprimento da sua missão.

Como resultado desse programa, o Haiti tem uma guarda costeira atuante, que já conduziu operações bem sucedidas de busca e salvamento — salvando mais de 80 vidas em 1998 — e de segurança marítima. Além disso, a Guarda Costeira do Haiti também serve de modelo, como órgão governamental do Haiti que presta bons serviços. Garantindo o cumprimento de regulamentos de segurança, ela está promovendo o crescimento do comércio marítimo no Haiti.

CONCLUSÃO

À medida que o mundo se torna menor, devido ao progresso das telecomunicações e do comércio, a função de segurança nacional da Guarda Costeira continuará a crescer em relevância e importância. O comércio

continuará crescendo, pois as relações entre as economias do mundo se tornarão cada vez mais próximas, e isso resultará em crescimento, tanto dos transportes legítimos quanto dos negócios ilegais.

Ao entrarmos no novo milênio, ações multinacionais rápidas e decisivas se farão necessárias em resposta às crescentes ameaças transnacionais. Soluções internacionais, que tenham um componente significativo na área de segurança marítima, serão necessárias para combater o combate ao tráfico de drogas, ao contrabando de armas e à lavagem de dinheiro. E em resposta à ameaça sempre presente, do terrorismo — tanto internacional quanto doméstico — a Guarda Costeira precisa estar preparada para proteger os portos e canais ao longo dos 67.200 quilômetros de costas dos Estados Unidos. Além disso, haverá cada vez

mais pressão sobre as reservas de pescado no mundo inteiro e maior demanda no sentido de proteger essas reservas e o ambiente marítimo que as mantém.

A Guarda Costeira será solicitada, no futuro, para continuar a dar o seu apoio à política externa e aos objetivos de segurança nacional dos Estados Unidos. Seja no cumprimento diário de missões da Guarda Costeira ou em envolvimento militares, a Guarda Costeira permanece "Semper Paratus" — Sempre Pronta — para apoiar e defender os interesses dos americanos e cumprir sua missão como um instrumento único de segurança nacional. ●

Este artigo reflete a opinião do autor e não representa, necessariamente, a posição ou as políticas da Guarda Costeira dos Estados Unidos.

Evitando Conflitos: Envolvimentos Militares em Tempo de Paz
AVISO SOBRE ARTIGOS

Asia-Pacific Defense FORUM Staff. SINGAPORE AIR FORCE PILOTS TRAIN IN U.S. SKIES (Asia-Pacific Defense FORUM, Summer 1999, pp. 24-30)

Nos últimos 10 anos, os Estados Unidos têm proporcionado à Força Aérea de Cingapura um grau de integração de treinamento com esquadrões de combate da Força Aérea dos Estados Unidos que vem resultando em "uma relação muito próxima entre as duas forças aéreas", dizem os autores. Eles observam que o programa — que inclui treinamento em armamento e táticas, procedimentos de reabastecimento em vôo, busca e salvamento e manutenção de aeronaves — é "um reflexo do que acontece no âmbito geral da cooperação, na área de defesa, entre os Estados Unidos e Cingapura".

Collins, John. SPECIAL OPERATIONS FORCES IN PEACETIME (Joint Forces Quarterly, no. 21, Spring 1999, pp. 56-61)

As Forças de Operações Especiais [Special Operations Forces] (SOF) têm demonstrado ser de tão grande valia em situações de segurança "que não chegam a configurar uma situação de guerra" que existe uma tendência, por parte das forças armadas dos Estados Unidos, a solicitá-las em demasia, diz o autor. As SOF, que são proficientes em línguas estrangeiras e habilidades interculturais, são "particularmente indicadas para muitas missões que as forças convencionais não podem cumprir de forma tão eficaz ou econômica em situações limítrofes entre paz e guerra", Collins escreve. Por causa das suas habilidades e treinamento especializado, ele diz, essas forças nos ajudam a formar o ambiente internacional de segurança, a nos prepararmos para um futuro incerto e reagem com precisão quando lhes são atribuídas missões que variam desde a guerra não-convencional, até atividades anti-terrorismo, combate ao tráfico de entorpecentes e inibição da proliferação de armas de destruição em massa. Collins observa que as operações de defesa interna em outros países, facilitadas pelas SOF, ajudam a amenizar os efeitos da pobreza, da ignorância e do não-cumprimento das leis.

Gray-Briggs, Abigail; MacIver, Michael. BOMBS, THEN BANDAGES (Airpower Journal, vol. 13, no. 2, Summer 1999, pp. 15-26)

Cada vez mais, as forças armadas dos Estados Unidos estão sendo solicitadas para participar de ações, no mundo

inteiro, que não envolvem situações de combate. Essa nova direção é conhecida como "military operations other than war" [operações militares diferentes da guerra] (MOOTW) — operações que requerem comportamentos e mentalidades muito diferentes dos que são exigidos nas situações tradicionais de combate. Para passar por essa transformação militar intercultural, os soldados americanos precisam receber educação, treinamento e preparação adequados. Este artigo se encontra disponível, atualmente, na Internet, no seguinte endereço: "<http://www.airpower.maxwell.af.mil/airchronicles/apj/apj99/sum99/briggs.html>".

Groves, John R., Jr. PFP AND THE STATE PARTNERSHIP PROGRAM: FOSTERING ENGAGEMENT AND PROGRESS (Parameters, US Army War College Quarterly, Spring 1999, pp. 43-53)

Groves descreve o National Guard's State Partnership Program [Programa de Parceria da Guarda Nacional com os Estados (SPP)], que foi criado para estabelecer uma ligação entre as unidades das guardas nacionais de vários estados americanos com as nações da Partnership for Peace [Parceria para a Paz] após a queda do império soviético. O programa já foi ampliado, e agora abrange também a América Central, a América do Sul e a região central da Ásia.

Os objetivos do SPP incluem ajudar a desenvolver as instituições democráticas, estimular as economias de mercado para promover a estabilidade e representar os valores humanitários dos Estados Unidos. Em cada país hospedeiro, a Guarda Nacional do Exército matém equipes de ligação que podem prestar assistência em uma série de iniciativas, como promover o controle das forças armadas por autoridades civis, e inspirar o respeito pelos direitos humanos e pelo império da lei.

Embo a uso das forças da Guarda Nacional, para atingir objetivos de política externa em tempo de paz, possa ser benéfico, o autor argumenta que as forças armadas dos Estados Unidos não devem perder a sua capacidade primordial, que é a de combate. Se as tropas forem utilizadas em demasia em operações de paz, ele afirma, suas habilidades militares entrarão em declínio e o seu equipamento se deteriorará.

Kitfield, James. THE STEPCHILD STEPS OUT (National Journal, vol. 31, issue 40, October 2, 1999, pp. 2816-2817)

Kitfield entrevistou o comandante da Guarda

Costeira, James Loy, para colher informações a respeito do crescimento recente e drástico do perfil de missão dessa organização, a quinta força armada dos Estados Unidos. Nos últimos cinco anos, a Guarda Costeira tem tido um aumento significativo das suas funções no cumprimento da legislação de pesca, no controle de migração de estrangeiros no mar e na interdição de traficantes de entorpecentes. No exterior, os seus navios operam, geralmente, lado a lado com embarcações da Marinha, na tarefa de garantir o cumprimento de embargos marítimos", acrescenta Kitfield. No entanto, a Guarda Costeira, apesar do seu "papel significativo nas área de cumprimento da lei e de segurança nacional...se encontra sob forte pressão orçamentária", ele diz.

*As observações acima fazem parte de um Aviso sobre Artigos mais completo, que se encontra disponível na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Divulgação, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, no seguinte endereço:
"http://www.usia.gov/admin/001/wwwhapub.html".*

Evitando Conflitos: Envolvimentos Militares em Tempo de Paz
BIBLIOGRAFIA

Becker, Fred R., Jr. COAST GUARD AND ITS RESERVE: GOOD FOR AMERICA (The Officer, vol. 74, no. 4, May 1998, p. 20)

Binnendijk, Hans, editor. STRATEGIC ASSESSMENT, 1998: ENGAGING POWER FOR PEACE. Washington: Institute for National Strategic Studies, National Defense University, 1998. 285p.

DOD LAUNCHES AFRICAN CENTER FOR STRATEGIC STUDIES (Department of Defense News Release, no. 343-99, July 22, 1999, pp. 1-2)

Eland, Ivan; Rudy, John. SPECIAL OPERATIONS MILITARY TRAINING ABROAD AND ITS DANGERS. Washington: Cato Institute, June 1999. 11p.

Gaul, David E. REASONABLE ASSURANCE: THE TIME HAS COME (Marine Corps Gazette, vol. 82, no. 5, May 1998, pp. 47-48)

Greider, William. FORTRESS AMERICA: THE AMERICAN MILITARY AND THE CONSEQUENCES OF PEACE. New York: Public Affairs, 1998. 202p.

Grove, Eric. NAVIES PLAY THEIR PART IN PEACE SUPPORT OPERATIONS (Jane's Navy International, vol. 104, no. 2, March 1999, pp. 26-29)

Hirshberg, Charles. HEALING HONDURAS: IN THE AFTERMATH OF HURRICANE MITCH, AMERICA'S MILITARY SHOWED THE REAL VALUE OF THE PEACE DIVIDEND (Life, vol. 22, no. 3, March 1999, pp. 82-92)

Mehuron, Tamar A. OTHER THAN WAR (Air Force Magazine, vol. 82, no. 3, March 1999, p. 19)

Pizzo, Mark; Gold, Philip. SHOULD CONGRESS REINSTATE A PEACETIME DRAFT TO FILL THE RANKS? (Insight on the News, vol. 15, no. 13, April 5, 1999, p. 24)

Prendergast, John; Smock, David. PUTTING HUMPTY DUMPTY TOGETHER: RECONSTRUCTING PEACE IN THE CONGO. Washington: U.S. Institute of Peace, August 1999. 16p.

RECONSTRUCTION: MILITARY AND CIVILIAN AGENCIES DIG IN FOR PEACETIME ROLE IN KOSOVO (ENR [Engineering News Record], vol. 243, no. 6, August 9, 1999, p. 13)

Roper, Daniel S. PEACETIME LEADERSHIP: A CRITICAL ELEMENT OF COMBAT POWER (Military Review, vol. 79, no. 3, May/June 1999, pp. 71-76)

Seiple, Chris. WINDOW INTO AN AGE OF WINDOWS: THE U.S. MILITARY AND THE NGOS (Marine Corps Gazette, vol. 83, no. 4, April 1999, pp. 63-71)

Simon, Jeffrey. PARTNERSHIP FOR PEACE (PFP): AFTER THE WASHINGTON SUMMIT AND KOSOVO (Strategic Forum, no. 167, August 1999, pp. 1-6)

Steele, William M. PREPARING THE ARMY IN THE PACIFIC FOR THE 21ST CENTURY (Joint Force Quarterly, no. 17, Autumn/Winter 1997/1998, pp. 62-66)

Thaler, David E.; Norton, Daniel M. AIR FORCE OPERATIONS OVERSEAS IN PEACETIME: OPTEMPO AND FORCE STRUCTURE IMPLICATIONS. Santa Monica, CA: Rand, 1998. 32p.

U.S. COAST GUARD CUTTER TRANSFERRED TO ECUADORIAN COAST GUARD (Hispanic Times Magazine, vol. 19, no. 3, May/June 1998, pp. 30-31)

U.S. General Accounting Office. MILITARY TRAINING: MANAGEMENT AND OVERSIGHT OF JOINT COMBINED EXCHANGE TRAINING. Washington: GAO, July 1999. 71p.

Zelvin, K. WHO DEFINES OPERATIONAL NECESSITY? (U.S. Naval Institute Proceedings, vol. 124, no. 4, April 1998, p. 4)

Evitando Conflitos: Envolvimentos Militares em Tempo de Paz PRINCIPAIS SITES NA INTERNET

Favor observar que o Departamento de Estado dos EUA não assume nenhuma responsabilidade quanto ao conteúdo e à disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; essa responsabilidade é única e exclusivamente dos respectivos provedores.

FORMAÇÃO E TREINAMENTO MILITAR

Asia-Pacific Center for Security Studies
<http://www.apcss.org/>

Center for Hemispheric Defense Studies, National Defense University
<http://www3.ndu.edu/chds/indexmain.html>

Expanded International Military Education and Training (E-IMET)
<http://www.ciponline.org/facts/eimet.htm>

George C. Marshall European Center for Security Studies
http://www.marshallcenter.org/table_of_contents.htm

Inter-American Air Forces Academy
<http://www.lackland.af.mil/iaafa/english/main.htm>

International Fellows Program, National Defense University
<http://www3.ndu.edu/if/homepage.htm>

International Military Education and Training (IMET)
<http://www.ciponline.org/facts/imet.htm>

Naval Justice School
<http://www.npt.navy.mil/commands/ju/>

Security Assistance Training Field Activity
<http://www-satfa.monroe.army.mil/satfa.htm>

COOPERAÇÃO REGIONAL

African Crisis Response Initiative (ACRI)
<http://www.eucom.mil/programs/acri/index.htm>

ASEAN Regional Forum
http://www.asean.or.id/amm/prog_arf.htm

DefenseLINK: U.S. Department of Defense: Military Exercises
http://www.defenselink.mil/other_info/deployments.html

Department of Joint and Multinational Operations: Joint Links
<http://www-cgsc.army.mil/djco/LINKS.HTM>

Hurricane Mitch: The U.S. Response
<http://www.usia.gov/regional/ar/mitch/>

MEDFLAG
<http://www.cne.navy.mil/medflag/medflag.htm>

National Democratic Institute for International Affairs: Strengthening Civil-Military Relations in Latin America
<http://www.ndi.org/laciv-mi.htm>

National Guard State Partnership Programs
http://www.ngb.dtic.mil/world/int_init/ngbpart1.htm

Partnership for Peace
<http://www.nato.int/pfp/pfp.htm>

Special Operations Command, Central
http://www.centcom.mil/components/soccent_page.htm

U.S. Central Command
<http://www.centcom.mil/>

U.S. European Command
<http://www.eucom.mil/>

U.S. Pacific Command
<http://www.pacom.mil/homepage.asp>

U.S. Southern Command
<http://www.ussouthcom.com/southcom/>

U.S. Space Command
<http://www.peterson.af.mil/usspace/>

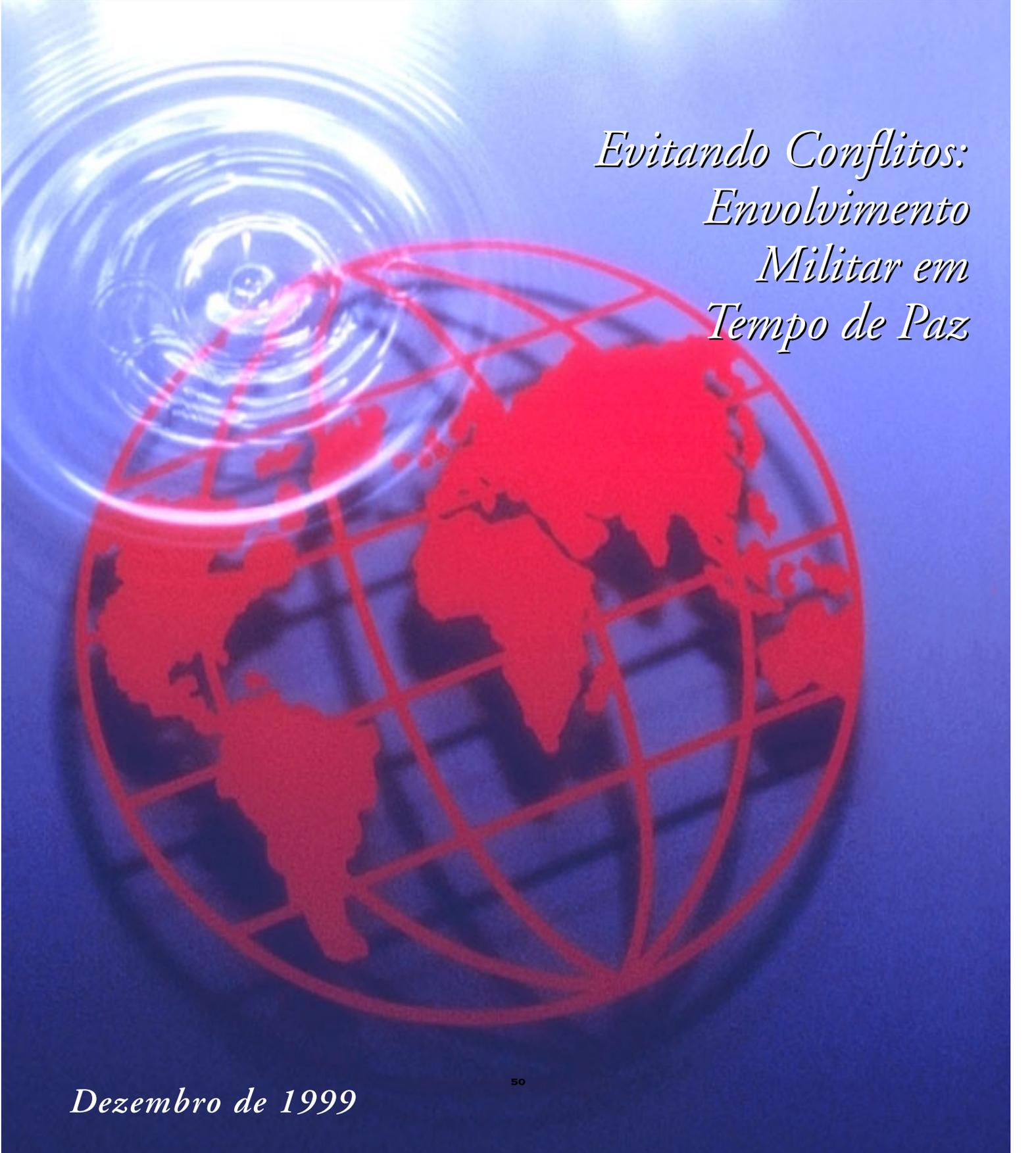
POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

VOLUME 4

UMA REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

NÚMERO 3



*Evitando Conflitos:
Envolvimento
Militar em
Tempo de Paz*

Dezembro de 1999